

Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola

Agrupamento de Escolas
Dr. Machado de Matos – Felgueiras

Aprovado em Conselho Geral a 10-12-2025



ÍNDICE

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	4
1. Contextualização	4
2. Relevância e pertinência do projeto no contexto atual.....	5
3. Problema central e questões orientadoras.....	5
4. Objetivos do capítulo e da estratégia.....	6
CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO LEGAL E POLÍTICO	7
1. Introdução ao enquadramento normativo da Educação para a Cidadania	7
2. Enquadramento internacional: UNESCO, ONU e outras organizações.....	7
3. Enquadramento nacional: legislação, programas e orientações	8
4. A Educação para a Cidadania na escola pública portuguesa	10
5. Implicações para a Estratégia do Agrupamento de Escolas Dr. Machado de Matos.....	10
CAPÍTULO III - FUNDAMENTAÇÃO CONCETUAL.....	11
1. Introdução à fundamentação concetual	11
2. A Educação para a Cidadania como princípio humanista	11
3. A escola como espaço de democracia e participação.....	12
4. Síntese	12
CAPÍTULO IV - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.....	13
1. Introdução	13
2. Articulação vertical.....	13
3. A transversalidade da Cidadania no currículo.....	14
4. Modelos de organização curricular	15
CAPÍTULO V - DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	16
1. Direitos Humanos	16

2. Democracia e instituições políticas	17
3. Desenvolvimento sustentável	19
4. Literacia financeira e empreendedorismo	21
5. Pluralismo e diversidade cultural	23
6. Media.....	24
7. Saúde	26
8. Risco e segurança rodoviária	28
CAPÍTULO VI – ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA DA ESCOLA NO PROJETO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. MACHADO DE MATOS, FELGUEIRAS.....	31
1. Articulação com os eixos estratégicos do Projeto Educativo.....	31
CAPÍTULO VII - METODOLOGIAS DE TRABALHO E DINÂMICAS PEDAGÓGICAS	40
CAPÍTULO VIII - AVALIAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E INDICADORES.....	44
CAPÍTULO IX – CONCLUSÃO	47
ANEXO 1 – ELENCO CURRICULAR DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS - 1.º CICLO	50
ANEXO 2 – ELENCO CURRICULAR DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS - 2.º CICLO	53
ANEXO 3 – ELENCO CURRICULAR DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS - 3.º CICLO	55
ANEXO 4 – ELENCO CURRICULAR DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS – ENSINO SECUNDÁRIO: CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS	59
ANEXO 5 – ELENCO CURRICULAR DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS – ENSINO SECUNDÁRIO: CURSOS PROFISSIONAIS.....	64

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1. Contextualização

A Educação para a Cidadania tem vindo a assumir uma centralidade crescente nos sistemas educativos contemporâneos, refletindo uma preocupação internacional com a formação de cidadãos capazes de participar de forma crítica, informada e eticamente responsável numa sociedade global, complexa e em permanente transformação. As rápidas mudanças tecnológicas, sociais, económicas e ambientais, bem como os desafios associados à desinformação, às desigualdades sociais, à ameaça aos direitos humanos e ao declínio dos índices de participação democrática, conferem à escola um papel renovado e inadiável: o de preparar cidadãos com conhecimentos, capacidades, competências sociais, éticas e interculturais que lhes permitam compreender o mundo e agir sobre ele de forma construtiva.

Neste contexto, a Educação para a Cidadania emerge como uma dimensão estruturante da formação integral dos alunos, articulando aprendizagens académicas, competências sociais e valores democráticos. Em Portugal, esta preocupação foi reforçada com a publicação da “Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania” (ENEC), a implementação da “Autonomia e Flexibilidade Curricular” (Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, na redação em vigor) e a definição do “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, que afirma explicitamente que a escola deve promover “a formação de cidadãos plenos, esclarecidos, responsáveis, autónomos e solidários”.

A cidadania escolar não se limita, portanto, ao domínio cognitivo; integra dimensões comportamentais, sociais, culturais e éticas que exigem que a escola se constitua como espaço de participação, partilha, diálogo e compromisso democrático. A formação para a cidadania é, neste sentido, inseparável da educação integral: não se restringe a uma disciplina, mas manifesta-se nas práticas pedagógicas, na cultura institucional, no relacionamento entre os membros da comunidade educativa e na capacidade dos alunos para compreenderem o impacto das suas ações.

2. Relevância e pertinência do projeto no contexto atual

A crescente complexidade dos cenários sociais e educativos torna indispensável que as escolas assumam uma postura estruturada, coerente e fundamentada na promoção da cidadania. O aumento das desigualdades, a fragmentação social, os fenómenos migratórios, a emergência climática, a disseminação de discursos de ódio e desinformação e a crise de confiança nas instituições democráticas colocam desafios significativos às sociedades contemporâneas e, necessariamente, às escolas.

A **Estratégia de Educação para a Cidadania 2025-2026** pretende, assim, responder a estes desafios, consolidando práticas já existentes no Agrupamento de Escolas Dr. Machado de Matos, Felgueiras, e propondo linhas de ação articuladas com a realidade local, as orientações nacionais e os referenciais internacionais. Trata-se de um documento orientador que estrutura a ação educativa em torno de princípios de inclusão, democracia, diversidade, sustentabilidade e respeito pelos direitos humanos. Este projeto assume especial pertinência no contexto da escola estatal portuguesa, que se define, também legalmente, como promotora da igualdade de oportunidades, da justiça social e da educação para a democracia. O artigo 3.º da “Lei de Bases do Sistema Educativo” (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na redação em vigor) define que o sistema educativo deve proporcionar a todos os alunos uma formação que favoreça o desenvolvimento pleno da personalidade, o espírito democrático, o sentido crítico e o respeito pelos outros. O presente projeto surge, assim, como resposta a esta missão.

5

3. Problema central e questões orientadoras

O problema que este projeto procura abordar pode ser formulado nos seguintes termos: como promover uma educação para a cidadania coerente, progressiva e contextualizada, que desenvolva competências democráticas nos alunos?

Desta questão derivam outras, tais como: como integrar, de forma articulada, as dimensões da cidadania ao longo dos ciclos de ensino? Que metodologias são mais eficazes na promoção de competências cidadãs? Como assegurar coerência vertical e horizontal? Como monitorizar e avaliar a cidadania de forma formativa, justa e significativa?

Estas são questões fundamentais numa estratégia que pretende ser sistemática, sustentada e alinhada com os documentos nacionais e internacionais de referência.

4. Objetivos do capítulo e da estratégia

São objetivos da Estratégia de Educação para a Cidadania no Agrupamento de Escolas Dr. Machado de Matos:

- Contextualizar o papel da cidadania no sistema educativo; justificar a necessidade de uma estratégia integrada;
- Apresentar o enquadramento teórico e social da temática; clarificar a finalidade global do documento.

A estratégia global tem como objetivo central promover a formação de cidadãos críticos, autónomos, responsáveis e participativos, alinhados com os princípios da democracia, dos direitos humanos, da sustentabilidade e da literacia global.

CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO LEGAL E POLÍTICO

1. Introdução ao enquadramento normativo da Educação para a Cidadania

A Educação para a Cidadania, enquanto dimensão estruturante do currículo português, fundamenta-se num conjunto extenso de instrumentos legais, estratégias nacionais, documentos europeus e orientações internacionais que lhe conferem legitimidade, consistência pedagógica e intencionalidade política. O enquadramento que sustenta a **Estratégia de Educação para a Cidadania 2025-2026** do Agrupamento de Escolas Dr. Machado de Matos insere-se numa arquitetura jurídica que reconhece a centralidade da formação ética, social, democrática e cultural no processo educativo.

Ao longo das últimas décadas, a construção deste enquadramento tem acompanhado transformações profundas no campo político e educativo, resultantes de compromissos internacionais, de orientações da União Europeia, de recomendações do Conselho da Europa e da evolução da própria escola pública portuguesa. Assim, abordar o enquadramento legal implica articular níveis diversos: o contexto internacional, que define metas e princípios orientadores; o contexto europeu, que enfatiza competências democráticas e inclusão; e o contexto nacional, que traduz estas orientações em medidas pedagógicas, normativas e curriculares vinculativas.

7

2. Enquadramento internacional: UNESCO, ONU e outras organizações

A conceção contemporânea de Educação para a Cidadania resulta, em grande parte, da ação concertada de organismos internacionais como a UNESCO, a Organização das Nações Unidas, a OCDE e o Banco Mundial, que têm enfatizado a necessidade de construir sociedades mais justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis.

A UNESCO assume, desde a década de 1990, a defesa da “Educação para a Cidadania Global”, propondo que os sistemas educativos promovam competências que permitam compreender a interdependência global, agir responsabilmente em relação ao bem comum, defender os direitos humanos, participar em processos democráticos e promover justiça social, paz e sustentabilidade. O relatório “Education 2030 – Incheon Declaration” salienta que a educação deve formar indivíduos capazes de contribuir

para sociedades pacíficas, justas e sustentáveis, assumindo-se como instrumento de emancipação crítica e solidariedade global.

A OCDE destaca a importância das competências sociais e emocionais, da cooperação, da autorregulação, do pensamento crítico, da criatividade e da responsabilidade global. Na publicação “The Future of Education and Skills 2030” reforça-se a necessidade de desenvolver “competências transformadoras” que permitam aos alunos contribuir para o bem-estar coletivo e para a resolução de problemas globais.

No contexto europeu, o Conselho da União Europeia aprovou, em 22 de maio de 2018, a “Recomendação” relativa às competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida. Entre as oito competências essenciais destacam-se as competências sociais e cívicas, a competência em cidadania, a literacia digital e a consciência e expressão culturais. Estas competências devem orientar os currículos escolares, reforçando a relevância da cidadania democrática, da participação e da inclusão social.

Partindo deste pressuposto, o Conselho da Europa desenvolveu o “Quadro de Competências para a Cultura Democrática” (2016), que se tornou referência para os sistemas educativos. Este quadro inclui um conjunto articulado de competências nas áreas dos valores democráticos e dos direitos humanos, das atitudes para a participação, das competências interculturais e sociais e dos conhecimentos e pensamento crítico.

Portugal é signatário das resoluções e compromissos associados e a “Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania” integra expressamente muitos destes princípios, assumindo a necessidade de formar cidadãos capazes de conviver com a diversidade, exercer uma cidadania ativa, participar na vida democrática, refletir criticamente sobre a informação e agir de modo eticamente responsável.

3. Enquadramento nacional: legislação, programas e orientações

A “Lei de Bases do Sistema Educativo” (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na redação em vigor) estabelece que a educação visa o desenvolvimento global da pessoa, o espírito crítico, a participação democrática e o respeito pelos valores humanos fundamentais. O artigo 3.º consagra que o sistema educativo deve promover a formação de cidadãos responsáveis, capazes de participação ativa na sociedade.

O “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” (2017) constitui um documento estruturante da política educativa portuguesa, definindo uma visão humanista, democrática e global que orienta o processo educativo. As áreas de competência aí definidas – entre as quais se incluem o bem-estar, saúde e ambiente, a cidadania e participação, as relações interpessoais, o pensamento crítico e criativo e diversas literacias – são a base concetual da Educação para a Cidadania.

O Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que regula o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios da *Autonomia e Flexibilidade Curricular*, define a transversalidade da Educação para a Cidadania, a responsabilidade dos órgãos de gestão e dos órgãos pedagógicos, o papel dos docentes e diretores de turma, a possibilidade de integração curricular flexível e a importância dos projetos de escola. O diploma determina explicitamente que a cidadania deve ser trabalhada em todos os ciclos de ensino, como área integradora e transversal.

A “Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania” (ENEC), da Direção-Geral da Educação, estabelece os princípios orientadores da educação para a cidadania, as áreas temáticas obrigatórias e optativas, a articulação vertical de conteúdos e competências, a relação com o “Perfil dos Alunos” e linhas de atuação específicas para cada ciclo de ensino. A ENEC constitui o documento central orientador da presente Estratégia de Agrupamento.

As “Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento”, para o 3.º ciclo e para o ensino secundário (na versão em vigor desde 2025), definem as competências a desenvolver, os descritores de desempenho, os domínios de autonomia curricular e os modos de operacionalização em contexto de turma e de projeto, articulando o domínio de Cidadania e Desenvolvimento com as diversas dimensões da cidadania. As Aprendizagens Essenciais constituem, por isso, referência obrigatória para docentes e diretores de turma.

As notas informativas e orientações técnicas da Direção-Geral da Educação (nomeadamente as versões emitidas a partir de 2020) clarificam o papel dos Diretores de Turma, a organização da área, a avaliação descritiva, o registo em ata e a recolha de evidências, bem como a necessidade de garantir coerência e continuidade na operacionalização da cidadania em cada escola e agrupamento.

4. A Educação para a Cidadania na escola pública portuguesa

O conjunto legislativo, político e orientador anteriormente descrito converte a cidadania num eixo fundamental do currículo e numa responsabilidade institucional das escolas. Assim, a cidadania é transversal – porque atravessa todas as áreas curriculares e a vida escolar; é intencional – porque decorre de opções pedagógicas deliberadas; é vinculativa – porque resulta de orientações legais e normativas; é articulada – porque exige coordenação entre ciclos, disciplinas e estruturas de gestão; é avaliada e monitorizada – porque está sujeita a processos de acompanhamento, registo e melhoria contínua; e é parte integrante do desenvolvimento integral do aluno.

A escola assume, portanto, um papel insubstituível na formação de cidadãos críticos, autónomos, solidários e democráticos, assumindo a educação para a cidadania como missão central do serviço público de educação.

5. Implicações para a Estratégia do Agrupamento de Escolas Dr. Machado de Matos

A leitura integrada dos documentos analisados conduz a um conjunto de implicações estruturais para a Estratégia de Educação para a Cidadania deste Agrupamento: a cidadania deve ser trabalhada de forma planeada, vertical e transversal; deve existir articulação entre ciclos e entre disciplinas; o domínio de Cidadania e Desenvolvimento deve consolidar aprendizagens essenciais e servir de espaço de síntese e aprofundamento; as competências de cidadania devem estar presentes nos principais documentos do Agrupamento (Projeto Educativo, Plano Anual de Atividades, regulamentos internos, planificações de turma e de departamento e critérios de avaliação); a escola deve envolver famílias, autarquia e parceiros locais; a cidadania deve ser avaliada com instrumentos claros, critérios explícitos e indicadores coerentes com o Perfil dos Alunos e com as Aprendizagens Essenciais.

10

CAPÍTULO III - FUNDAMENTAÇÃO CONCETUAL

1. Introdução à fundamentação concetual

A fundamentação concetual da Educação para a Cidadania constitui o alicerce teórico que sustenta a sua operacionalização em contexto escolar. Ao longo das últimas décadas, o conceito de cidadania evoluiu de uma abordagem estritamente jurídica, centrada nos direitos civis e políticos, para uma visão multidimensional que integra dimensões éticas, sociais, políticas, culturais e globais.

A cidadania contemporânea é, simultaneamente, local e global, individual e coletiva, normativa e participativa. Esta complexidade concetual exige que a escola desenvolva uma abordagem sistemática, crítica e humanista, capaz de formar cidadãos aptos a atuar num mundo em profunda transformação.

A Educação para a Cidadania deve, por isso, apoiar-se em modelos integradores que ultrapassem o ensino de normas e regras, promovendo competências cognitivas, sociais e afetivas que permitam aos alunos compreender a complexidade do mundo e agir sobre ele. Neste sentido, a cidadania é entendida, em documentos nacionais e internacionais, como uma resposta educativa indispensável aos desafios do século XXI.

11

2. A Educação para a Cidadania como princípio humanista

A escola pública portuguesa assenta numa visão humanista, que considera a educação como instrumento de desenvolvimento integral da pessoa. O “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” explicita que a educação deve contribuir para o desenvolvimento pleno da pessoa, preparando-a para uma cidadania ativa, participativa, responsável e solidária.

Este princípio humanista, alicerçado em valores como a dignidade humana, a liberdade, a igualdade, a paz e a justiça social, sustenta as práticas educativas de cidadania. A cidadania escolar não pretende apenas transmitir regras de convivência; visa desenvolver capacidades de diálogo, autonomia, julgamento moral, consciência social, comportamento ético e responsabilidade individual e coletiva.

A perspetiva socioconstrutivista da cidadania defende a ideia de que o conhecimento se constrói através da interação social. Autores como Vygotsky, Bruner e Freire sublinham que a aprendizagem da cidadania ocorre na participação, no debate, na

ação coletiva, na experiência real e na reflexão crítica. A escola deve, por isso, criar situações autênticas de participação, como assembleias de turma, projetos de ação comunitária, investigação orientada, mediação de conflitos e laboratórios de cidadania.

Estas práticas contribuem para o desenvolvimento de competências éticas, democráticas e sociais e articulam-se com a ideia de que a cidadania contemporânea exige múltiplas literacias: literacia mediática, que permite analisar criticamente a informação, identificar desinformação e compreender o papel dos Media; literacia digital, que implica um uso ético, seguro e responsável das tecnologias; literacia financeira, que envolve a compreensão de conceitos económicos, a gestão de recursos e a tomada de decisões informadas; e literacia ambiental, que se traduz em consciência ecológica, compreensão da sustentabilidade e ação ambiental responsável.

3. A escola como espaço de democracia e participação

A escola é o primeiro espaço público democrático com que muitas crianças e jovens contactam. Por isso, deve promover uma participação efetiva dos alunos na vida escolar, valorizar a sua voz, fomentar a autonomia e a responsabilidade, envolver a comunidade, criar mecanismos de deliberação e combater desigualdades e exclusões. A cidadania escolar desenvolve-se na cultura institucional, nas relações sociais, nos projetos e nas práticas pedagógicas. Uma escola democrática é aquela em que os alunos são chamados a participar na construção das regras, na definição de prioridades, em projetos de intervenção e em processos de avaliação e autorreflexão.

4. Síntese

Em síntese, pode afirmar-se que a cidadania é um processo dinâmico, global e multidimensional, que envolve desenvolvimento cognitivo, ético, social e emocional; exige práticas educativas intencionais, contextualizadas e democráticas; assenta em valores universais de dignidade humana, justiça, igualdade, solidariedade e sustentabilidade; e articula-se com os principais documentos nacionais e internacionais de política educativa.

A Estratégia de Educação para a Cidadania do Agrupamento de Escolas Dr. Machado de Matos, Felgueiras, deve integrar estes princípios, conferindo coerência pedagógica e legitimidade científica à ação educativa do Agrupamento.

CAPÍTULO IV - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

1. Introdução

A organização curricular da Educação para a Cidadania constitui um dos elementos estruturantes da política educativa portuguesa contemporânea. A integração da cidadania como área transversal, interdisciplinar e articuladora decorre de orientações legais e pedagógicas que definem a escola como espaço de participação democrática, formação humana e desenvolvimento integral.

O Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, o “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” e a “Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania” assumem que a cidadania deve atravessar o currículo em todas as suas dimensões, garantindo coerência vertical e horizontal.

Assim, a organização curricular não pode ser entendida de forma fragmentada. Deve articular práticas, espaços, tempos, metodologias e responsabilidades, promovendo uma aprendizagem significativa, contínua e contextualizada. A cidadania não se limita ao domínio “Cidadania e Desenvolvimento”: é trabalhada em todas as áreas disciplinares, na gestão curricular, na cultura escolar e no relacionamento entre todos os membros da comunidade educativa.

A transversalidade é um dos princípios fundamentais da organização curricular da cidadania. Todas as disciplinas têm responsabilidade no desenvolvimento das competências cidadãs; atividades e projetos devem integrar dimensões da cidadania; a escola deve promover coerência na abordagem dos temas; a cidadania deve estar presente nos documentos estruturantes do Agrupamento (Projeto Educativo, Plano Anual de Atividades, regulamentos internos e critérios de avaliação). Este caráter transversal encontra respaldo direto no Perfil dos Alunos, que apresenta dez áreas de competências essenciais, entre as quais se destacam a cidadania e participação e as relações interpessoais como pilares para a organização curricular da cidadania.

2. Articulação vertical

A articulação vertical assegura continuidade pedagógica, evita redundâncias e promove progressão nas aprendizagens.

No 1.º Ciclo, a abordagem torna-se mais estruturada, mas continua ancorada na pedagogia ativa. Os alunos exploram valores, regras, autonomia, saúde e ambiente, participando em projetos coletivos e decisões simples e tomando contacto com a noção de direitos e deveres.

No 2.º Ciclo, o desenvolvimento de competências sociais e éticas assume centralidade. A articulação com disciplinas como História, Português, Ciências Naturais, Educação Moral e Religiosa (quando aplicável) e TIC é fundamental. A escola promove debates, pesquisas, projetos temáticos, assembleias de turma e atividades de participação.

No 3.º Ciclo, surge o domínio de Cidadania e Desenvolvimento, com Aprendizagens Essenciais específicas. Os alunos trabalham áreas temáticas com maior profundidade, desenvolvem projetos de turma, participam em atividades deliberativas e iniciam experiências de intervenção comunitária.

No Ensino Secundário, a cidadania assume contornos de maior autonomia e responsabilidade pessoal. Os alunos envolvem-se em projetos de intervenção comunitária, debates éticos, atividades de voluntariado, participação em órgãos escolares (como associações de estudantes e assembleias), bem como em momentos de reflexão crítica sobre questões globais e desafios contemporâneos.

Nos 2.º e 3.º ciclos e no ensino secundário, a cidadania assume também uma dimensão disciplinar através do domínio Cidadania e Desenvolvimento. Este domínio tem programa próprio (Aprendizagens Essenciais), é coordenado pelos diretores de turma, articula-se com outras disciplinas, trabalha áreas temáticas da ENEC, desenvolve projetos de turma e é objeto de avaliação formativa e descritiva.

As “Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento” estruturam a aprendizagem em torno de competências cognitivas (análise, interpretação, leitura crítica), competências sociais (cooperação, comunicação), competências éticas (responsabilidade, justiça, empatia) e competências práticas (participação, tomada de decisão, resolução de problemas em contexto real).

3. A transversalidade da Cidadania no currículo

A ENEC define áreas temáticas obrigatórias e optativas, entre as quais se incluem os Direitos Humanos, Democracia e Instituições Políticas, o Desenvolvimento Sustentável, a Literacia Financeira e Empreendedorismo, o Pluralismo e Diversidade Cultural,

Media, Saúde, Risco e Segurança Rodoviária. A integração destas áreas deve ocorrer no domínio de Cidadania e Desenvolvimento, quando aplicável, em projetos curriculares de turma, na planificação disciplinar, em atividades do Plano de Atividades Anual e em iniciativas desenvolvidas em articulação com parceiros externos (autarquia, associações locais, instituições de saúde, forças de segurança, ONG, entre outros).

4. Modelos de organização curricular

A organização curricular da cidadania pode assumir diferentes modelos, que se complementam:

- Um modelo de transversalidade global, em que toda a escola trabalha a cidadania de forma integrada, transversal a disciplinas, projetos e espaços educativos, garantindo que os valores e competências cidadãs estão presentes em todas as dimensões da vida escolar;
- Um modelo de interdisciplinaridade, em que a cidadania é abordada através de projetos interdisciplinares, articulando conteúdos de várias disciplinas em torno de problemas e temas socialmente relevantes;
- Um modelo centrado no domínio “Cidadania e Desenvolvimento”, em que este domínio funciona como espaço privilegiado de reflexão, debate, ação e aprofundamento das áreas temáticas, coordenado pelo diretor de turma e articulado com outras áreas curriculares.

O Agrupamento de Escolas Dr. Machado de Matos, Felgueiras, deve articular estes três modelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, e com as orientações da ENEC, ajustando-os à sua realidade local e ao seu Projeto Educativo.

CAPÍTULO V - DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

1. Direitos Humanos

No contexto nacional, a “Constituição da República Portuguesa” define Portugal como “uma República soberana baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular”. Destacam-se, neste âmbito, o princípio da igualdade (artigo 13.º), os direitos fundamentais, os direitos da personalidade, a liberdade de aprender e ensinar e o direito à educação e à cultura, que incluem expressamente a educação para a cidadania.

A “Lei de Bases do Sistema Educativo” reforça que a educação visa a promoção dos valores fundamentais da vida humana, a defesa dos direitos humanos e a formação para a participação democrática. A “Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania” define os Direitos Humanos como dimensão estruturante da formação para a cidadania, integrando o respeito pela dignidade humana, a igualdade, a não discriminação, a justiça e a solidariedade.

Entre as competências fundamentais associadas a esta dimensão destacam-se a compreensão dos direitos fundamentais, a capacidade crítica para reconhecer situações de injustiça, a empatia e a solidariedade, a rejeição do preconceito e da discriminação, a adoção de comportamentos éticos e socialmente responsáveis, a defesa ativa dos direitos próprios e alheios e a participação informada e democrática.

A articulação vertical por ciclo permite organizar a progressão das aprendizagens: no 1.º Ciclo introduzem-se os direitos da criança, a igualdade e as regras de convivência; no 2.º Ciclo aprofundam-se valores de justiça, responsabilidade e diversidade; no 3.º Ciclo analisam-se documentos internacionais, casos reais e situações de discriminação; no Ensino Secundário abordam-se debates éticos, dilemas morais e formas de participação cidadã ativa.

As estratégias pedagógicas incluem estudos de caso, debates deliberativos, tribunais de direitos humanos simulados, mediação de conflitos, projetos solidários, análise de notícias sobre violações de direitos e trabalho em parceria com ONG e instituições locais. Estes dispositivos refletem uma perspetiva de aprendizagem ativa e crítica.

A avaliação nesta dimensão considera, entre outros indicadores, a compreensão dos direitos fundamentais, a capacidade de identificar situações de injustiça e

discriminação, as atitudes de empatia e respeito, a participação em debates de forma ética, a ação responsável e solidária e a capacidade de argumentar de forma fundamentada.

2. Democracia e instituições políticas

A democracia representa um pilar estruturante da vida coletiva nas sociedades contemporâneas e constitui um dos valores fundadores do Estado português, consagrado na “Constituição da República Portuguesa”. A educação para a democracia surge como responsabilidade inalienável da escola, enquanto espaço formativo e primeiro palco de participação pública das crianças e jovens.

A ENEC identifica esta dimensão como obrigatória, sublinhando que a escola deve promover a compreensão dos princípios democráticos, o conhecimento das instituições políticas e a vivência prática de processos deliberativos. A democracia escolar não se limita ao estudo teórico das formas de governo; concretiza-se na experiência diária de participação, diálogo, corresponsabilização e tomada de decisão.

No plano internacional, o Conselho da Europa tem sido referência na promoção da educação para a democracia, através do “Quadro de Competências para a Cultura Democrática”. Este quadro assenta na ideia de que a democracia é uma cultura que se aprende, se pratica e se consolida, e que a educação deve capacitar os alunos para participarem na vida pública, compreenderem os mecanismos de tomada de decisão, reconhecerem a legitimidade das instituições, respeitarem valores democráticos e desenvolverem pensamento crítico perante discursos antidemocráticos.

No espaço europeu, a “União Europeia” reforça a importância da literacia democrática através de documentos e iniciativas que destacam as competências cívicas e sociais, bem como programas que incentivam a participação juvenil e a cidadania ativa. A educação para a democracia assume especial relevância no combate à desinformação, aos extremismos e à erosão da confiança nas instituições.

Em Portugal, a Constituição afirma que o Estado é um Estado de direito democrático baseado na dignidade da pessoa humana, na vontade popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática. A “Lei de Bases do Sistema Educativo” reforça a responsabilidade da escola na promoção da participação democrática e na formação de indivíduos críticos, responsáveis e informados. A ENEC

estabelece esta dimensão como obrigatória e afirma que os alunos devem compreender o sistema político português, o funcionamento das instituições, os direitos e deveres de cidadania e os mecanismos de participação democrática. As “Aprendizagens Essenciais” incluem descritores específicos sobre o sistema político, os órgãos de soberania, os processos eleitorais e os projetos de participação.

Os alunos devem conhecer a estrutura política de Portugal: o Presidente da República, garante da Constituição e da estabilidade política; a Assembleia da República, órgão legislativo representativo dos cidadãos; o Governo, responsável pela condução política nacional; os Tribunais, que administram a justiça em nome do povo; e as autarquias locais, que constituem espaço privilegiado de participação democrática de proximidade.

As competências a desenvolver incluem interpretar informação política, desenvolver pensamento crítico sobre processos democráticos, compreender princípios constitucionais, participar em estruturas escolares, analisar discursos e programas eleitorais e comunicar opiniões fundamentadas.

A articulação vertical faz-se, novamente, de forma progressiva: no 1.º Ciclo explora-se o conceito de comunidade e são dinamizadas assembleias de turma; no 2.º Ciclo introduz-se o conceito de democracia, apresentam-se os órgãos de soberania e realizam-se eleições simuladas; no 3.º Ciclo promove-se a análise crítica do sistema político, da atualidade e de iniciativas parlamentares jovens; no Ensino Secundário desenvolvem-se debates estruturados, projetos de intervenção, estudo aprofundado das instituições e visitas a órgãos democráticos.

As estratégias pedagógicas incluem debates deliberativos, análise de notícias políticas, projetos de intervenção comunitária, visitas de estudo a instituições democráticas, simulações parlamentares e orçamentos participativos escolares. A avaliação considera a compreensão do sistema democrático, a participação em decisões coletivas, a análise crítica da informação política, a capacidade de argumentar com respeito e fundamentação, o reconhecimento da importância das instituições democráticas e as atitudes de participação e cooperação.

3. Desenvolvimento sustentável

O Desenvolvimento Sustentável é uma das dimensões centrais da Educação para a Cidadania e integra o grupo de dimensões obrigatórias em todos os anos de escolaridade, segundo as Aprendizagens Essenciais em vigor para 2025. Esta centralidade decorre dos desafios sociais, ambientais, económicos e éticos que caracterizam o século XXI, como as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, as desigualdades globais, a pobreza extrema, a sobre-exploração dos recursos naturais, as migrações climáticas, a insegurança alimentar e a degradação dos ecossistemas.

A escola tem a responsabilidade de formar cidadãos capazes de compreender estes fenómenos complexos e de agir para a construção de uma sociedade mais sustentável, justa e equilibrada. A educação para a sustentabilidade assume, por isso, uma dimensão ética e prática, que abrange o conhecimento científico, o compromisso social e a responsabilidade individual e coletiva.

A nível internacional, o “Relatório Brundtland” (1987) define desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, estabelecendo três pilares essenciais – ambiental, social e económico – interdependentes. A “Agenda 2030” da ONU e os “17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” afirmam, em particular no ODS 4.7, que os sistemas educativos devem desenvolver competências relacionadas com o desenvolvimento sustentável, estilos de vida responsáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção da cultura de paz e cidadania global.

A UNESCO, no âmbito da “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, considera que a educação deve capacitar os alunos para pensar criticamente sobre questões sociais e ambientais, compreender sistemas interdependentes (ecossistemas, economia, sociedade), agir de forma responsável e sustentável e participar em soluções inovadoras. Ao nível europeu, o “Pacto Ecológico Europeu” e outras estratégias para o clima e ambiente fixam metas como a neutralidade carbónica, a redução de emissões, a transição para energias renováveis, a economia circular, a proteção da biodiversidade e o combate ao desperdício alimentar, sublinhando o papel essencial da educação na concretização destas metas.

Em Portugal, a Constituição consagra o direito ao ambiente e a obrigação de proteger a natureza, atribuindo ao Estado e às escolas responsabilidades na formação ambiental. A “Estratégia Nacional de Educação Ambiental” define prioridades na área das alterações climáticas, da economia circular, da harmonia com a natureza e da participação cidadã. A ENEC coloca o desenvolvimento sustentável como dimensão obrigatória, estruturando-o em torno da sustentabilidade ambiental, da justiça intergeracional, da responsabilidade ética, da conservação dos ecossistemas e do consumo responsável. As “Aprendizagens Essenciais” definem descritores que convocam a interpretação de problemas ambientais, a compreensão das relações entre ambiente, economia e sociedade, a formulação de propostas de soluções sustentáveis e a participação em projetos de cidadania ambiental.

A sustentabilidade, entendida como paradigma integrador, não se limita à dimensão ecológica: envolve dimensões sociais, económicas e culturais, numa perspetiva de sistema complexo e interdependente. A educação deve promover pensamento sistémico, literacia ecológica, resolução de problemas complexos, tomada de decisões éticas, responsabilidade pessoal e coletiva, ação cívica ambiental, criatividade, inovação e participação ativa em projetos comunitários.

A articulação vertical contempla, no 1.º Ciclo, a perceção do impacto humano no ambiente, as regras ambientais básicas e o consumo consciente; no 2.º Ciclo, o estudo de ecossistemas, poluição, energia e práticas de sustentabilidade; no 3.º Ciclo, projetos de intervenção ambiental, participação em programas Eco-Escolas, análise da pegada ecológica e reflexão sobre justiça climática; no Ensino Secundário, debates sobre políticas ambientais, alterações climáticas, economia verde e soluções inovadoras.

As estratégias pedagógicas incluem projetos Eco-Escolas, hortas pedagógicas, monitorização do desperdício alimentar, campanhas de sensibilização e parcerias com entidades ligadas ao ambiente. A avaliação considera a capacidade de identificar problemas ambientais locais e globais, a demonstração de pensamento sistémico, a adoção de comportamentos sustentáveis, a participação em projetos ambientais, a argumentação com base em evidências científicas e a consciência ecológica e responsabilidade social.

4. Literacia financeira e empreendedorismo

A Literacia Financeira e o Empreendedorismo constituem uma dimensão obrigatória da Educação para a Cidadania em todos os anos do ensino básico e do ensino secundário, de acordo com as Aprendizagens Essenciais em vigor. Esta dimensão não se limita à gestão de dinheiro ou ao estudo de conceitos económicos; envolve uma formação holística que integra pensamento crítico sobre o consumo, capacidade de planear e gerir recursos, compreensão de direitos e deveres financeiros, ética económica e responsabilidade social, criatividade, iniciativa e capacidade de resolução de problemas, bem como preparação para a vida adulta e para o mundo do trabalho.

Num contexto global marcado por complexidade económica, digitalização das transações, desigualdades sociais crescentes e desafios à estabilidade financeira das famílias, torna-se imprescindível que a escola forme cidadãos competentes e conscientes no domínio financeiro e empreendedor.

No plano internacional, a OCDE define literacia financeira como “a combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras sólidas e alcançar bem-estar financeiro”. Considera ainda a literacia financeira como “fator determinante para reduzir desigualdades, promover inclusão social, prevenir endividamento excessivo e aumentar o bem-estar económico”. O empreendedorismo é entendido como competência essencial para a inovação, criatividade e participação económica.

A União Europeia integra a literacia financeira no seu quadro de competências essenciais e desenvolve projetos e quadros de referência para o empreendedorismo, sublinhando a importância da criatividade, iniciativa, gestão de risco, trabalho colaborativo e inovação responsável. Organismos como a UNESCO e o Banco Mundial enfatizam a ligação entre literacia financeira e redução da pobreza, bem como a importância da educação financeira para sociedades mais justas e sustentáveis.

Em Portugal, a “Estratégia Nacional de Educação Financeira”, coordenada por várias entidades reguladoras, define que a escola deve introduzir conceitos básicos de finanças pessoais, promover comportamentos responsáveis de consumo, apoiar a tomada de decisões informadas e fomentar o empreendedorismo ético. A ENEC inclui esta dimensão como obrigatória, apontando para a compreensão da economia pessoal e familiar, o planeamento financeiro, o consumo responsável e informado, o

pensamento crítico sobre publicidade e media e a sustentabilidade económica. As “Aprendizagens Essenciais” destacam descritores como a identificação de necessidades e desejos, a análise de riscos e benefícios financeiros, a compreensão de poupança, crédito, juros e orçamento, o desenvolvimento de projetos empreendedores e o planeamento e gestão de iniciativas económicas.

Do ponto de vista concetual, a literacia financeira é entendida como parte integrante da educação para a autonomia. Estudos na área mostram que níveis mais elevados de literacia financeira estão associados a melhor tomada de decisão, maior estabilidade económica familiar, menor endividamento problemático e maior capacidade de planeamento. O empreendedorismo é concebido como competência transversal que envolve criatividade e inovação, liderança, resolução de problemas, visão estratégica, perseverança, ética e responsabilidade. O empreendedorismo educativo não implica necessariamente a criação de empresas, mas sim a formação de indivíduos capazes de identificar oportunidades, agir de forma proativa, pensar criativamente, tomar decisões informadas e assumir responsabilidade pelas suas escolhas.

As competências a desenvolver incluem literacia económica básica, gestão de recursos pessoais e familiares, elaboração e interpretação de orçamentos, compreensão de poupança e crédito, discernimento crítico face ao consumo e à publicidade, inovação e criatividade, gestão de risco, trabalho colaborativo e responsabilidade social e ética económica.

A articulação vertical prevê, no 1.º Ciclo, a utilização do dinheiro, a poupança, a distinção entre necessidades e desejos e o planeamento básico; no 2.º Ciclo, o orçamento, a gestão de recursos, a publicidade e o consumo crítico; no 3.º Ciclo, o estudo de produtos financeiros simples, risco, poupança e sustentabilidade económica; no Ensino Secundário, o desenvolvimento de projetos empreendedores, a compreensão da economia global, da inovação, dos mercados e de noções básicas de fiscalidade.

As estratégias pedagógicas podem incluir a elaboração de orçamentos reais ou simulados, a análise de publicidade e comunicação de consumo, jogos de gestão, minipresas e projetos empreendedores. Um exemplo é o “Diário Financeiro Pessoal”, em que os alunos registam despesas, analisam consumos, simulam escolhas

económicas e avaliam consequências futuras, promovendo a capacidade de escolha responsável.

A avaliação nesta dimensão considera a compreensão de conceitos financeiros básicos, a tomada de decisões responsáveis de consumo, a capacidade de elaborar e interpretar orçamentos, a participação em projetos empreendedores, a demonstração de criatividade e inovação, a atuação com ética económica e a análise crítica da publicidade e das práticas de mercado.

5. Pluralismo e diversidade cultural

O Pluralismo e a Diversidade Cultural são dimensões essenciais da Educação para a Cidadania, refletindo a crescente multiculturalidade das sociedades contemporâneas. Em Portugal, esta dimensão assume relevância particular devido à globalização, às migrações, à mobilidade laboral e académica e à convivência entre diferentes comunidades linguísticas, religiosas, étnicas e culturais.

A escola é um espaço privilegiado para compreender, valorizar e promover a diversidade, assumindo um papel central na construção de ambientes inclusivos, equitativos e culturalmente democráticos. A ENEC identifica esta dimensão como fundamental para o combate à discriminação, ao preconceito, ao racismo e à xenofobia.

No plano nacional, a Constituição consagra a igualdade e a não discriminação, a liberdade de consciência, religião e culto, os direitos culturais e a proteção das minorias, atribuindo ao Estado a responsabilidade de garantir educação para o respeito mútuo e para o entendimento intercultural. A “Lei de Bases do Sistema Educativo” prevê a valorização da diversidade cultural, a promoção da tolerância e a educação para o diálogo entre culturas. A ENEC define pluralismo e diversidade cultural como dimensão essencial para prevenir racismo e xenofobia, promover o respeito pela diferença, fomentar uma cidadania inclusiva e reforçar a coesão social. As “Aprendizagens Essenciais” incluem descritores como compreender a diversidade cultural, identificar desigualdades e discriminações, valorizar patrimónios culturais e comunicar respeitando diferenças.

Concetualmente, a diversidade cultural é entendida de forma multidimensional, incluindo etnia e origem, língua e sotaque, religião e espiritualidade, costumes e

tradições, género, estilos de vida, pertenças sociais e formas de expressão cultural. A educação intercultural vai além da mera tolerância: procura a valorização ativa da diferença, rejeitando o etnocentrismo e promovendo a reciprocidade e o diálogo entre culturas.

Entre as competências a desenvolver contam-se a literacia intercultural, a empatia e respeito pela diferença, a capacidade de comunicar em contextos de diversidade, a identificação e rejeição de preconceitos, a participação em ambientes inclusivos, o pensamento crítico sobre desigualdades sociais e a sensibilidade ética.

A articulação vertical prevê, no 1.º Ciclo, o trabalho sobre identidade individual, familiar e cultural e a valorização das diferenças; no 2.º Ciclo, a abordagem da interculturalidade em História, Geografia e outras áreas, promovendo reflexão sobre diversidade e preconceito; no 3.º Ciclo, o estudo crítico de fenómenos como racismo, estereótipos, desigualdade e exclusão; no Ensino Secundário, debates sobre multiculturalidade, migrações, direitos das minorias e políticas interculturais.

As estratégias pedagógicas incluem a análise crítica de estereótipos nos Media, debates sobre direitos das minorias, projetos interculturais, entre outros.

A avaliação considera atitudes de respeito e empatia, a identificação de manifestações de preconceito e exclusão, a participação em atividades interculturais, a comunicação respeitando diferenças, a valorização da diversidade cultural e a análise crítica de estereótipos.

6. Media

A dimensão “Media” constitui, no contexto da Educação para a Cidadania, uma área fundamental para a formação de cidadãos críticos, informados e capazes de navegar num ecossistema comunicacional complexo, interconectado e mediado por tecnologias digitais.

A crescente circulação de informação, a omnipresença das redes sociais e fenómenos como a desinformação, a propaganda digital e a manipulação algorítmica tornam a literacia mediática uma competência crucial para o exercício pleno da cidadania democrática. A ENEC e as “Aprendizagens Essenciais” reconhecem esta dimensão como obrigatória, reforçando a necessidade de capacitar os alunos para compreender e interagir com os Media de forma consciente, responsável e crítica.

A UNESCO considera a Literacia Mediática e Informacional como “um direito fundamental na sociedade contemporânea, definindo competências como o acesso à informação, a avaliação crítica da fiabilidade, a compreensão da agenda mediática, a produção ética de conteúdos e a participação consciente na esfera pública digital”. A OCDE identifica a literacia mediática como “eixo central das competências para o futuro”, destacando o pensamento crítico, a filtragem de informação, a navegação segura e o combate à desinformação. A União Europeia tem reforçado políticas para combater fake news, regular plataformas digitais, promover literacia digital e mediática nas escolas e incentivar o consumo crítico de notícias.

Em Portugal, a Constituição garante a liberdade de expressão e de informação e os direitos dos consumidores de Media. A ENEC identifica a dimensão “Media” como essencial para a democracia, a participação, a análise crítica, o combate ao discurso de ódio e a promoção de uma ética digital. A “Entidade Reguladora para a Comunicação Social” desenvolve programas e recursos para apoiar a literacia mediática na escola. As “Aprendizagens Essenciais” incluem descritores como interpretar mensagens mediáticas, distinguir factos de opiniões, avaliar fontes, produzir conteúdos digitais com ética e identificar desinformação.

Do ponto de vista concetual, autores da área dos Media sublinham o papel destes na construção de representações sociais, no impacto dos media digitais na identidade, na cultura participativa, nas dinâmicas de poder mediático e na necessidade de uma educação crítica para a cidadania digital. A literacia mediática é multidimensional: cognitiva (compreender como os media funcionam), emocional (gerir o impacto afetivo das mensagens), social (participar eticamente), técnica (criar conteúdos) e crítica (questionar, analisar, desconstruir e contextualizar).

Entre os temas centrais da dimensão destacam-se a desinformação e as *fake news*, os algoritmos e as bolhas informativas, as representações mediáticas de grupos sociais e minorias, e a ética e segurança digital (privacidade, direitos de autor, discurso de ódio, *cyberbullying* e reputação digital).

As competências a desenvolver incluem análise crítica de conteúdos, verificação de factos, uso ético das redes sociais, produção responsável de conteúdos, capacidade de discernimento, gestão do impacto dos Media na identidade e participação cívica no espaço digital.

A articulação vertical prevê, no 1.º Ciclo, os primeiros contactos com a distinção entre realidade e ficção, a publicidade e as influências mediáticas; no 2.º Ciclo, a compreensão dos Media tradicionais e das redes sociais e a responsabilidade *online*; no 3.º Ciclo, a análise crítica, o *fact-checking* e a desconstrução de mensagens; no Ensino Secundário, debates sobre o papel dos Media em democracia, o pensamento crítico avançado e a ética digital.

As estratégias pedagógicas incluem entrevistas a jornalistas, oficinas de criação de *podcasts*, vídeos e jornais escolares, análises comparativas de notícias, exercícios de verificação de factos, simulações de redes sociais e estudos de caso reais, por exemplo em campanhas eleitorais. Um exemplo de atividade é o “Laboratório de Desinformação”, no qual os alunos analisam notícias falsas, identificam técnicas de manipulação e produzem conteúdos informativos para combater boatos.

A avaliação considera a capacidade de identificar estratégias de manipulação mediática, a distinção entre factos e opiniões, a verificação da credibilidade das fontes, a produção de conteúdos com ética, a participação crítica no espaço digital e a análise dos impactos sociais dos Media.

26

7. Saúde

A dimensão “Saúde” assume um papel estruturante na Educação para a Cidadania, entendendo-se a saúde não apenas como ausência de doença, mas como um estado de completo bem-estar físico, mental, emocional e social, em linha com a definição da Organização Mundial da Saúde.

No contexto escolar, a promoção da saúde é indissociável da formação integral dos alunos e constitui um eixo fundamental para o desenvolvimento sustentável das comunidades educativas. A saúde afeta diretamente a aprendizagem, o sucesso escolar, o bem-estar emocional e a participação cívica dos jovens. A ENEC e as “Aprendizagens Essenciais” destacam esta dimensão como obrigatória, sublinhando a importância de capacitar os alunos para adotarem estilos de vida saudáveis, fazerem escolhas informadas e participarem ativamente na criação de ambientes escolares saudáveis e inclusivos.

A nível internacional, a OMS enfatiza que a “saúde é um direito humano fundamental, essencial para a cidadania ativa e influenciada por fatores biológicos, sociais,

económicos e ambientais”. As escolas são consideradas espaços privilegiados para a promoção da saúde através de iniciativas de escolas promotoras de saúde que defendem ambientes escolares seguros, educação para estilos de vida saudáveis, envolvimento da comunidade e políticas de saúde escolar integradas. A UNICEF destaca a “saúde física e mental como condição básica para o sucesso educativo, pilar da proteção infantil e elemento central da cidadania e da participação”. A União Europeia integra a dimensão da saúde nas suas políticas de juventude e educação, destacando a alimentação saudável, a saúde mental, a atividade física, a prevenção de comportamentos de risco e o bem-estar digital.

Em Portugal, a Constituição consagra o direito à proteção da saúde, atribuindo ao Estado a responsabilidade de assegurar serviços de saúde, promover educação sanitária, prevenir doenças e criar condições para o bem-estar físico e mental. O “Programa Nacional de Saúde Escolar” aponta a escola como ambiente privilegiado de prevenção, educação para hábitos de vida saudáveis, promoção de saúde mental e intervenção precoce. A ENEC define esta dimensão como essencial para a literacia em saúde, a prevenção de doenças, o bem-estar físico, mental e emocional e a tomada de decisões informadas. As “Aprendizagens Essenciais” referem descritores relacionados com alimentação equilibrada, atividade física, saúde mental, higiene e autocuidado, prevenção de dependências, relações saudáveis e sexualidade e afetos (em ciclos apropriados).

Conceitualmente, a saúde é multidimensional, incluindo saúde física (alimentação, atividade física, sono, prevenção de doenças), saúde mental (autoestima, resiliência, gestão emocional), saúde social (relações saudáveis, inclusão, comunicação), saúde sexual e reprodutiva (informação científica, ética e respeito) e saúde digital (equilíbrio no uso de tecnologias, privacidade e comportamentos responsáveis). A educação para a saúde deve promover literacia, responsabilidade, autonomia e competências socioemocionais.

As competências a desenvolver incluem a escolha informada de comportamentos de saúde, a capacidade de análise crítica de hábitos de consumo, a gestão emocional, a prevenção de comportamentos de risco, o respeito pelo próprio corpo e pelo corpo dos outros, a comunicação positiva, a adoção de hábitos de vida saudáveis e o autoconhecimento e autocuidado.

A articulação vertical prevê, no 1.º Ciclo, rotinas de saúde, alimentação equilibrada, cuidados básicos e atividade física; no 2.º Ciclo, mudanças do corpo na puberdade, saúde mental, higiene do sono e risco digital; no 3.º Ciclo, prevenção de dependências, sexualidade saudável, autoconceito e relações interpessoais; no Ensino Secundário, saúde mental, *stress* académico, comportamentos de risco, prevenção e autocuidado avançado.

As estratégias pedagógicas incluem oficinas de alimentação saudável, grupos de apoio emocional, debates sobre saúde mental, sessões com especialistas (nutricionistas, psicólogos, enfermeiros), oficinas de primeiros socorros e projetos de promoção de bem-estar. Um exemplo é o “Gabinete dos Afetos e Emoções”, onde alunos dinamizadores desenvolvem ações de apoio entre pares, mediação de conflitos, diálogos guiados e reflexão sobre bem-estar emocional, reforçando competências de empatia, comunicação e gestão emocional.

A avaliação considera a adoção de comportamentos saudáveis, o reconhecimento de sinais de *stress* ou risco, a ação de acordo com princípios de autocuidado, a demonstração de literacia em saúde, a participação em iniciativas de promoção de bem-estar e a comunicação empática e assertiva.

8. Risco e segurança rodoviária

A dimensão “Risco e Segurança Rodoviária” integra o conjunto das dimensões obrigatórias da Educação para a Cidadania no ensino básico e secundário, refletindo a necessidade de prevenir comportamentos de risco e promover a segurança entre crianças e jovens.

Portugal tem registado melhorias significativas neste domínio, mas a sinistralidade rodoviária continua a constituir um problema com impacto na população jovem. A escola, enquanto instituição formadora, desempenha um papel decisivo na prevenção de acidentes, no desenvolvimento de comportamentos responsáveis e na educação para a segurança ativa. A ENEC, o “Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária” e as “Aprendizagens Essenciais” reforçam que a educação rodoviária deve ser contínua e progressiva, promover responsabilidade individual e coletiva, desenvolver competências de prevenção e gestão de risco e formar utilizadores

conscientes da via pública, enquanto peões, ciclistas, passageiros e futuros condutores.

A nível internacional, a ONU, através da “Década de Ação pela Segurança Rodoviária 2021-2030”, alerta para a gravidade dos acidentes rodoviários, que são uma das principais causas de morte entre jovens, recomendando que os sistemas educativos incluam a segurança rodoviária como área curricular. A OMS considera que os acidentes resultam de comportamentos de risco, fatores ambientais, falta de formação e ausência de prevenção, defendendo ações educativas sistemáticas desde a infância. A União Europeia definiu objetivos de redução de mortos e feridos graves, promoção de mobilidade sustentável, reforço da educação para a prevenção e sensibilização para riscos associados a álcool, velocidade e distrações.

Em Portugal, a Constituição, ao consagrar o direito à proteção da saúde e à prevenção de comportamentos de risco, integra implicitamente a segurança rodoviária como responsabilidade pública. O “Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária” estabelece objetivos de promoção da educação rodoviária nas escolas, redução da sinistralidade, sensibilização dos jovens para comportamentos seguros e desenvolvimento de competências de gestão de risco. A ENEC apresenta esta dimensão como essencial para compreender riscos da via pública, prevenir acidentes, assumir comportamentos responsáveis e reforçar a segurança individual e coletiva. As “Aprendizagens Essenciais” incluem descritores relativos a regras de circulação, segurança como peão e ciclista, comportamentos de risco (velocidade, distração, álcool, telemóvel), responsabilidade ética na via pública e leitura de sinais e normas.

Concetualmente, a educação para o risco e segurança rodoviária integra contributos da psicologia do desenvolvimento, da sociologia, da saúde pública e das ciências do trânsito. O risco é entendido como a probabilidade de ocorrência de um evento perigoso, resultante da interação de fatores pessoais, ambientais e comportamentais, e que pode ser prevenido através de educação, autorregulação e controlo de impulsos. A segurança rodoviária envolve conhecimento de normas, comportamentos responsáveis, respeito por outros utilizadores da via, autoconsciência e autorregulação, bem como gestão de *stress* e influências de pares, sobretudo na adolescência.

As competências a desenvolver incluem o conhecimento das regras de circulação, a interpretação de sinais e normas, a identificação e prevenção de comportamentos de risco, a responsabilidade enquanto utilizador da via pública, o autocontrolo emocional, a capacidade de gerir distrações, o respeito pelos outros e o comportamento ético na mobilidade.

A articulação vertical prevê, no 1.º Ciclo, as regras do peão e do ciclista, normas básicas de circulação e importância dos cintos e sistemas de retenção; no 2.º Ciclo, a compreensão dos riscos, o comportamento responsável e o respeito por sinais e regras; no 3.º Ciclo, a análise crítica de acidentes, o impacto do telemóvel, álcool, drogas, sono e velocidade; no Ensino Secundário, a responsabilidade enquanto futuros condutores, a ética rodoviária, noções de legislação, gestão de risco e influência dos pares.

As estratégias pedagógicas incluem jogos digitais e simuladores de condução, oficinas de prevenção de comportamentos de risco, testemunhos de bombeiros, forças de segurança e vítimas de acidentes, análises críticas de campanhas de segurança rodoviária, produção de vídeos e cartazes de sensibilização e debates sobre responsabilidade ética ao volante.

Entre os exemplos de atividades destacam-se o “Caminho Seguro para a Escola”, em que os alunos analisam trajetos diários, identificam zonas de risco e elaboram propostas à autarquia para melhoria da segurança, e o “Simulador de Distrações”, em que os alunos experimentam tarefas que demonstram como telemóveis, música alta ou conversas paralelas diminuem a atenção e aumentam o risco de acidente.

A avaliação considera a capacidade de identificar sinais e regras de circulação, o reconhecimento de comportamentos de risco, o uso de estratégias de prevenção, a demonstração de responsabilidade enquanto utilizador da via pública, a participação em iniciativas de segurança e a ação em conformidade com valores éticos no trânsito.

CAPÍTULO VI – ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA DA ESCOLA NO PROJETO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. MACHADO DE MATOS, FELGUEIRAS

A presente Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola (EECE) inscreve-se de forma plena, explícita e intencional no quadro orientador do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Dr. Machado de Matos, Felgueiras (2025-2028), assumindo-se como um dos seus instrumentos estruturantes de concretização pedagógica. O Projeto Educativo define a identidade do Agrupamento, a sua visão estratégica, missão, valores e eixos prioritários de intervenção, orientando a ação educativa de toda a comunidade escolar de forma coerente, integrada e sustentada.

Neste enquadramento, a Estratégia de Educação para a Cidadania constitui uma operacionalização concreta dos princípios e objetivos estratégicos definidos no Projeto Educativo, traduzindo-os em orientações curriculares, práticas pedagógicas e dinâmicas organizacionais que promovem a formação integral dos alunos, a coesão da comunidade educativa e a afirmação de uma cultura escolar democrática, inclusiva e participativa.

31

1. Articulação com os eixos estratégicos do Projeto Educativo

A EECE articula-se diretamente com os eixos estratégicos estruturantes do Projeto Educativo do Agrupamento, assumindo um papel transversal e integrador no seu desenvolvimento. Elenca-se, de forma breve, o contributo da EECE para os eixos do Projeto Educativo do Agrupamento.

A. Autoavaliação

A autoavaliação prevista no Projeto Educativo do Agrupamento constitui um eixo estratégico de diagnóstico e reflexão sobre a ação educativa, orientado para a melhoria contínua e coerente com a missão, visão e valores do Agrupamento. A ligação entre a autoavaliação e a EECE é, por isso, direta e essencial: os dados e evidências recolhidos no âmbito da autoavaliação permitem medir o grau de concretização dos indicadores definidos para a EECE, como o desenvolvimento da participação ativa dos alunos, inclusão e convivência salutar. Estes elementos, por sua vez, fomentam a reflexão e ajuste das práticas da escola, garantindo que as ações da EECE não são

pontuais, mas que se desenvolvem em consonância com os objetivos estratégicos fixados no Projeto Educativo para o triénio 2025-2028.

B. Liderança e gestão

A liderança e gestão constitui um pilar estruturante da ação educativa, ao definir princípios de organização, coordenação e tomada de decisão que asseguram a coerência entre a visão estratégica do Agrupamento e a prática quotidiana das escolas. Neste enquadramento, a EECE assume-se como um instrumento que depende diretamente de uma liderança pedagógica consistente e de uma gestão eficaz dos recursos e processos institucionais.

O Projeto Educativo valoriza uma liderança orientada para o planeamento estratégico, a articulação entre estruturas e a participação ativa dos diferentes intervenientes educativos, promovendo uma cultura organizacional assente na corresponsabilização e no trabalho colaborativo. Esta orientação é fundamental para a implementação da EECE, enquanto área transversal que exige coordenação entre órgãos de gestão, estruturas intermédias, diretores de turma e docentes, garantindo coerência entre documentos orientadores, práticas pedagógicas e prioridades institucionais.

No domínio da gestão, o Projeto Educativo destaca a importância de uma organização eficiente dos recursos humanos, materiais e pedagógicos, bem como da definição de procedimentos claros que assegurem a operacionalização das estratégias educativas. A EECE articula-se com esta abordagem ao prever uma gestão estruturada das ações a desenvolver, a distribuição equilibrada de responsabilidades e a integração da cidadania no planeamento global da escola, evitando abordagens pontuais ou desarticuladas.

A liderança assume igualmente um papel determinante na promoção de uma cultura de escola democrática, participativa e orientada para o desenvolvimento integral dos alunos. Ao criar condições organizacionais favoráveis, ao incentivar práticas pedagógicas coerentes e ao assegurar a continuidade das ações ao longo dos ciclos de ensino, a liderança e a gestão contribuem para que a EECE se afirme como dimensão identitária da escola e como expressão concreta da missão do Agrupamento.

C. Prestação do Serviço Educativo

No Projeto Educativo, o eixo Prestação do Serviço Educativo define o conjunto de orientações pedagógicas e organizacionais que asseguram a qualidade, a intencionalidade e a coerência das práticas educativas desenvolvidas no Agrupamento. Este eixo assume particular relevância na concretização da missão da escola enquanto espaço de aprendizagem significativa, de desenvolvimento integral dos alunos e de promoção de valores fundamentais à vida em sociedade.

Neste enquadramento, a EECE articula-se de forma direta com a Prestação do Serviço Educativo, ao integrar a cidadania como dimensão estruturante do currículo e da ação pedagógica. A abordagem da cidadania, numa perspetiva transversal e contínua, contribui para a construção de aprendizagens contextualizadas, relevantes e orientadas para o desenvolvimento de competências, em consonância com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e com as Aprendizagens Essenciais. Neste sentido, os diversos grupos disciplinares foram consultados para que indicassem os seus contributos curriculares para a EECE, de forma a operacionalizar os Planos de Turma, nos diversos ciclos e modalidades em que a Educação para a Cidadania é desenvolvida. Os Planos de Turma exprimem de que forma as diversas áreas curriculares disciplinares articulam com a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (2.º e 3.º ciclos) ou de forma transversal (1.º ciclo e ensino secundário). Nos Cursos Científico-Humanísticos, os Planos de Turma são adaptados, anualmente, pelos respetivos Conselhos de Turma, de acordo com as disciplinas opcionais que os alunos frequentam. Os anexos da presente estratégia expressam a distribuição das Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento pelas áreas curriculares dos diferentes ciclos e cursos.

A tabela seguinte organiza a distribuição das dimensões do 2.º grupo pelos diferentes níveis de ensino, assegurando a progressão das aprendizagens e a articulação vertical ao longo da escolaridade obrigatória. Esta distribuição permite clarificar o foco temático de cada ano e garantir que os alunos contactem, de forma equilibrada e sequencial, com todas as áreas definidas na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

Distribuição das Dimensões do 2.º Grupo por Nível de Ensino

Dimensão (2.º grupo)	Saúde	Risco e Segurança Rodoviária	Pluralismo e Diversidade Cultural	Media
1.º Ciclo	3.º ano	1.º ano	4.º ano	2.º ano
2.º e 3.º Ciclos	6.º e 9.º anos	5.º ano	7.º ano	8.º ano
Ensino Secundário	10.º ano	12.º ano	10.º ano	11.º ano

O Projeto Educativo valoriza práticas pedagógicas que promovam a qualidade das aprendizagens, a diferenciação pedagógica e a adequação das metodologias aos contextos e necessidades dos alunos. A EECE insere-se plenamente nesta orientação, ao privilegiar metodologias ativas, trabalho de projeto, reflexão crítica e ligação a situações reais, favorecendo aprendizagens significativas e o envolvimento dos alunos no seu próprio processo educativo.

No que à avaliação diz respeito, no âmbito da “Educação para a Cidadania”, esta assume modalidades distintas consoante o nível de ensino, em conformidade com a legislação em vigor e as orientações legais. No 1.º Ciclo do Ensino Básico, a avaliação é de natureza qualitativa, centrada no desenvolvimento global das crianças e alunos, no grau de participação, na autonomia, na responsabilidade, nas competências sociais e no envolvimento nas atividades de cidadania.

Nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, a avaliação é quantitativa, expressa através de uma classificação de 1 a 5, refletindo a participação, o cumprimento das tarefas, o desenvolvimento das competências definidas nas “Aprendizagens Essenciais” e no “Perfil dos Alunos”, bem como o trabalho realizado no domínio de Cidadania e Desenvolvimento.

Relativamente ao Ensino Secundário, a área de Cidadania e Desenvolvimento não é objeto de avaliação sumativa disciplinar, sendo apenas registada no certificado do aluno a sua participação nas atividades e projetos desenvolvidos neste âmbito, conforme estabelecido nas orientações normativas aplicáveis.

Entre os princípios da avaliação da cidadania destaca-se a avaliação formativa e contínua, que deve monitorizar o processo e não apenas o produto, valorizar o

envolvimento e a evolução dos alunos, permitir *feedback* constante, orientar práticas e comportamentos e fomentar a autorreflexão. A avaliação holística considera conhecimentos, capacidades, atitudes e valores.

A legislação determina que a avaliação em Cidadania e Desenvolvimento é, regra geral, descritiva, qualitativa e formativa, centrada no progresso do aluno, não se traduzindo em classificação numérica autónoma. A avaliação deve ser ética e inclusiva, promovendo justiça, equidade, respeito pela diversidade, transparência e confidencialidade.

Os instrumentos de avaliação incluem portefólios de cidadania, que integram trabalhos, reflexões, relatórios, registos de participação e evidências de competências; grelhas de observação, utilizadas para registar atitudes, comportamentos, participação, cooperação e responsabilidade; rubricas avaliativas, que descrevem níveis de desempenho e clarificam expectativas; diários de bordo e reflexões; e a avaliação de projetos e trabalhos de grupo.

Os critérios de avaliação gerais, comuns a todos os ciclos, incluem a participação ativa e responsável, o cumprimento de tarefas, a cooperação e o respeito, a capacidade de argumentar, a reflexão crítica, o contributo para o grupo, a atitude cívica e ética e o empenho na implementação de projetos.

Apresenta-se, seguidamente, o quadro de critérios e ponderações definidos para a avaliação no domínio da Educação para a Cidadania no ano letivo de 2025-2026. Este quadro sistematiza as dimensões a avaliar, os instrumentos utilizados e a respetiva distribuição percentual, garantindo a transparência do processo avaliativo e a coerência interna entre ciclos de ensino.

Critérios de avaliação de Cidadania e Desenvolvimento

Domínio	Dimensões	Instrumentos de Avaliação	Ponderação
Conhecimentos e capacidades	Grupo 1	Trabalhos	45%
	Grupo 2	Participação nas atividades Trabalho de	15%

Domínio	Dimensões	Instrumentos de Avaliação	Ponderação
		projeto Apresentação oral	
Atitudes e Valores	Responsabilidade	Grelha de observação direta	10%
	Autonomia		10%
	Espírito Crítico		10%
	Comportamento		10%

A Prestação do Serviço Educativo contempla, igualmente, a promoção de ambientes educativos seguros, inclusivos e favoráveis ao bem-estar, reconhecendo que a qualidade das aprendizagens está intrinsecamente ligada ao clima escolar e às relações interpessoais. A EECE reforça esta dimensão ao trabalhar valores como o respeito, a responsabilidade, a solidariedade e a convivência democrática, contribuindo para a construção de uma cultura escolar positiva e promotora do sucesso educativo.

Por outro lado, a articulação entre disciplinas, projetos e iniciativas educativas, destacada no Projeto Educativo, encontra na Educação para a Cidadania um espaço privilegiado de concretização. A integração da cidadania no planeamento pedagógico permite assegurar coerência curricular, continuidade das aprendizagens ao longo dos ciclos de ensino e ligação efetiva entre saberes, práticas e contextos de vida dos alunos.

D. Articulação Escola/Família/Comunidade

O eixo Articulação Escola/Família/Comunidade sublinha a importância de uma relação estreita, colaborativa e corresponsável entre a escola, as famílias e a comunidade envolvente, enquanto condição essencial para o desenvolvimento integral dos alunos e para a afirmação da escola como espaço educativo aberto ao território e às dinâmicas sociais que o caracterizam.

Neste enquadramento, a EECE assume um papel determinante na consolidação desta articulação, ao promover práticas que valorizam o envolvimento das famílias e a participação ativa da comunidade no percurso educativo dos alunos. A cidadania é

entendida como um espaço privilegiado de diálogo, cooperação e partilha de responsabilidades educativas, reforçando a dimensão comunitária da escola e a construção de uma educação partilhada.

O Projeto Educativo destaca a necessidade de fomentar relações de proximidade, comunicação eficaz e confiança mútua entre a escola e as famílias, reconhecendo o seu papel insubstituível na formação pessoal, social e cívica dos alunos. A Estratégia de Educação para a Cidadania contribui para este objetivo ao criar oportunidades de participação das famílias em projetos, iniciativas e ações educativas, promovendo uma cultura de envolvimento que ultrapassa a dimensão meramente informativa.

Por outro lado, a articulação com a comunidade local — autarquias, instituições, associações, serviços e parceiros sociais — constitui uma dimensão central do Projeto Educativo, permitindo contextualizar as aprendizagens e reforçar a relevância social da ação educativa. A EECE potencia esta ligação ao território, ao integrar problemáticas locais, experiências comunitárias e projetos de intervenção cívica que aproximam os alunos da realidade social, cultural e económica que os rodeia.

A valorização das parcerias educativas, enquanto recurso estratégico do Agrupamento, reforça uma visão de escola comprometida com o desenvolvimento da comunidade e com a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade. Ao promover a articulação entre escola, família e comunidade, a EECE contribui para a construção de percursos educativos mais consistentes, significativos e sustentados, em consonância com os valores e objetivos definidos no Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Dr. Machado de Matos, Felgueiras.

Neste âmbito, foram definidos potenciais parceiros e projetos para a operacionalização dos Planos de Turma.

Estas parcerias constituem recursos fundamentais para enriquecer as práticas educativas, promover a ligação à comunidade e assegurar experiências formativas diversificadas e contextualizadas.

Potenciais parceiros e projetos para a operacionalização dos Planos de Turma

Dimensões do 1.º Grupo	Exemplos de entidades externas a convidar/ parceiros a envolver	Articulação com estruturas e projetos de referência desenvolvidos no AEDMM
Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> Santa Casa da Misericórdia CERCIFEL CM Felgueiras – Humanamente Iguais Rotary Club de Felgueiras 	<ul style="list-style-type: none"> Bibliotecas Escolares Clube Europeu SPO Plano Nacional de Cinema Projetos Erasmus+ Projeto Pé de Meia Projeto “Leitura e Cidadania”
Democracia e Instituições Políticas	<ul style="list-style-type: none"> Associações de Pais e Encarregados de Educação CM Felgueiras/ Assembleias Municipais Juntas de Freguesia 	<ul style="list-style-type: none"> Associação de Estudantes Clube Europeu Orçamento Participativo Projetos Erasmus+ Projeto “Leitura e Cidadania”
Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> CM Felgueiras AmbiSousa ação de Sensibilização sobre compostagem – Dra. Bárbara Almeida – 4 /11) EcoEscolas (AVAEE) e Hipermercado Continente EcoEscolas (AVAEE) e “Gonçalves e Simão” Escola Eletrão (Ensino Básico e Secundário) 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de Educação para a Saúde - PES Clube Ciência Viva e Eco escolas Projeto “Leitura e Cidadania” Pilhão-recolha de pilhas (1.º Ciclo) Recolha de eletrodomésticos usados (1.º Ciclo) Recolha de equipamentos elétricos em fim de vida, lâmpadas e pilhas usadas. (Ensino Básico e Secundário)
Literacia Financeira e Empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> ESTG (Escola superior de Tecnologia e Gestão) – Felgueiras CM de Felgueiras e Fundação Cupertino de Miranda 	<ul style="list-style-type: none"> Dia Mundial da Poupança No poupar está o Ganho (Ensino Secundário) e (1.º CEB) Projeto Pé de Meia (Todos os níveis de ensino) Projeto “Leitura e Cidadania”

38

Dimensões do 2.º Grupo	Exemplos de entidades externas a convidar/ parceiros a envolver	Articulação com estruturas e projetos de referência desenvolvidos no AESS
Pluralismo e Diversidade Cultural	<ul style="list-style-type: none"> CM Felgueiras Rotary Club de Felgueiras Conservatório de Felgueiras 	<ul style="list-style-type: none"> Bibliotecas Escolares Clube Europeu SPO Projetos Erasmus+ Projeto “Leitura e Cidadania”
Media	<ul style="list-style-type: none"> Jornal de Felgueiras Rádio Felgueiras 	<ul style="list-style-type: none"> Associação de Estudantes Bibliotecas Escolares

Dimensões do 2.º Grupo	Exemplos de entidades externas a convidar/ parceiros a envolver	Articulação com estruturas e projetos de referência desenvolvidos no AESS
		<ul style="list-style-type: none"> • Jornal “Sovelinhas” • Projeto Radio Escola • Projetos Erasmus+ • Projeto “Leitura e Cidadania”
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Saúde de Felgueiras – Enfermeira • Dentistas estagiários • Bombeiros Voluntários de Felgueiras • CM Felgueiras – Literacia para a Saúde • Hipermercado Continente-Felgueiras • Museu Casa do Assento 	<ul style="list-style-type: none"> • SPO • Desporto Escolar • Projeto de Educação para a Saúde – PES (escovagem de dentes) - 1.º ciclo • GR 520 – Atividade SBV (alunos de 9.º Ano) – 11 e 13 de março. • Projeto “Leitura e Cidadania” • Programa escola Missão Continente • Meter a mão na massa
Risco e Segurança Rodoviária	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção Civil • Associações de Pais e Encarregados de Educação • CM de Felgueiras – Cidadania e Inclusão • Escola Segura – GNR • ASCENDI 	<ul style="list-style-type: none"> • Desporto Escolar • Projeto “Leitura e Cidadania” • Gincana (1. Ciclo)

CAPÍTULO VII - METODOLOGIAS DE TRABALHO E DINÂMICAS PEDAGÓGICAS

A Educação para a Cidadania, enquanto área transversal do currículo, exige metodologias de trabalho coerentes com os princípios democráticos, participativos e inclusivos que procura promover. Este capítulo apresenta as metodologias e práticas educativas que melhor se adequam à formação de alunos críticos, responsáveis, autónomos e socialmente envolvidos.

A escolha das metodologias resulta da articulação entre o “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, a ENEC, as “Aprendizagens Essenciais” e os referenciais internacionais da UNESCO, OCDE e “Conselho da Europa”.

Assim, a Educação para a Cidadania deve desenvolver-se através de pedagogias ativas, experiências significativas, diálogo, cooperação e envolvimento dos alunos em situações reais de participação. A cidadania não se aprende pela memorização de conteúdos, mas pela experiência concreta. Modelos como a problematização, a investigação e a participação permitem que os alunos construam conhecimento, desenvolvam autonomia, aprendam a tomar decisões e enfrentem desafios reais.

Autores como Dewey, Freire, Kolb e Bruner convergem na ideia de que só há verdadeira formação cidadã quando o aluno é agente da sua própria aprendizagem.

A cidadania é também, por natureza, coletiva. A aprendizagem colaborativa desenvolve cooperação, responsabilidade partilhada, empatia, comunicação eficaz, negociação e resolução de conflitos. É igualmente uma aprendizagem baseada em problemas, em que os alunos trabalham questões sociais reais, como desigualdades, alterações climáticas, saúde pública, segurança digital, desinformação ou discriminação. Esta abordagem desenvolve pensamento crítico, análise ética e capacidade de ação.

Assente numa perspetiva de participação, inspirada em Freire, a Educação para a Cidadania deve promover diálogo, debate, questionamento, tomada de decisão e envolvimento dos alunos em processos democráticos. Do ponto de vista interdisciplinar, a cidadania articula conteúdos de várias disciplinas, permitindo uma compreensão global de problemas complexos.

Entre as metodologias ativas destacam-se:

- O debate estruturado e a deliberação, que promovem competências de argumentação, pensamento crítico, respeito pela diversidade de opiniões e literacia democrática. Podem assumir a forma de assembleias deliberativas, júris simulados ou painéis de especialistas;
- A aprendizagem baseada em projetos, em que os alunos identificam um problema, investigam causas e consequências, procuram soluções, implementam ações concretas e apresentam resultados à comunidade. Exemplos incluem campanhas ambientais, estudos sobre segurança rodoviária local, jornais escolares ou ações de voluntariado;
- A aprendizagem-serviço, que integra aprendizagem com intervenção comunitária: os alunos aprendem conceitos, prestam um serviço útil à comunidade e refletem sobre o impacto da sua ação, por exemplo em apoio a instituições sociais, recolhas de bens ou colaboração com a proteção civil;
- As simulações e o *role-play*, que envolvem os alunos em situações reais, como simulações parlamentares, conselhos de turma com funcionamento democrático ou mediação de conflitos, desenvolvendo pensamento crítico, empatia, ética e responsabilidade;
- As oficinas temáticas, que permitem abordagens profundas sobre temas de cidadania, como literacia digital, saúde mental, diversidade cultural, igualdade de género, consumo e finanças ou ambiente, promovendo aprendizagens práticas, investigação e produção de materiais;
- Os estudos de caso, através dos quais os alunos analisam situações reais, ambientais, políticas, mediáticas, éticas ou de saúde pública, desenvolvendo capacidade de análise crítica e tomada de posição fundamentada.

Entre as práticas educativas transversais destacam-se:

- As assembleias de turma e outras estruturas democráticas internas, que permitem exercitar a democracia escolar real, debatendo questões relevantes, votando propostas, formulando recomendações e avaliando decisões coletivas;

- Os projetos de Cidadania e Desenvolvimento, em que o domínio homónimo articula projetos anuais, participação comunitária, interdisciplinaridade e estratégias colaborativas;
- Os jornais, *podcasts* e outros Media escolares, que promovem literacia mediática, responsabilidade na informação, expressão pública e participação cívica;
- Os clubes de cidadania, como clubes ambientais, clubes de direitos humanos, clubes de ciência cívica, clubes de media ou clubes europeístas, que proporcionam espaços de aprofundamento temático e participação voluntária.

Podem ainda ser identificadas metodologias específicas por dimensão: tribunais simulados, análise de cartas de direitos e debates sobre igualdade para os Direitos Humanos; simulação do Parlamento, orçamentos participativos e eleições escolares para a Democracia e Instituições Políticas; programas Eco-Escolas, hortas pedagógicas e auditorias ambientais para o Desenvolvimento Sustentável; orçamentos reais, minipresas e jogos de gestão para a Literacia Financeira; oficinas interculturais e autobiografias culturais para o Pluralismo e Diversidade Cultural; *fact-checking*, criação de conteúdos e análise de notícias para a dimensão Media; rotinas de bem-estar, oficinas de alimentação e projetos de saúde mental para a Saúde; simulações, percursos seguros e análise de acidentes para a Segurança Rodoviária.

O papel do professor é o de facilitador: não se limita a transmitir conhecimento, mas atua como orientador, mediador, dinamizador, investigador, avaliador formativo, gestor de conflitos e exemplo ético. Compete-lhe criar ambientes seguros, inclusivos e democráticos, que favoreçam a expressão de opiniões, a participação ativa e o respeito pela diferença.

A participação da comunidade escolar é igualmente essencial. A Educação para a Cidadania exige o envolvimento de famílias, autarquias, forças de segurança, instituições de saúde, associações locais, ONG, empresas e instituições de ensino superior. A escola é entendida como centro de cidadania comunitária, lugar de encontro e cooperação entre diferentes atores sociais.

Em síntese, a Educação para a Cidadania exige metodologias que promovam participação, autonomia, pensamento crítico, responsabilidade, resolução de problemas reais e intervenção comunitária. As metodologias apresentadas constituem

um quadro operacional amplo, coerente e compatível com os princípios educativos nacionais e internacionais.

CAPÍTULO VIII - AVALIAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E INDICADORES

A avaliação e a monitorização da “Educação para a Cidadania” são etapas imprescindíveis para garantir a eficácia, a equidade e a coerência das práticas educativas. Sendo a cidadania um domínio transversal, complexo e multidimensional, a sua avaliação não pode ser reduzida a instrumentos tradicionais baseados na memorização ou na verificação de conhecimentos isolados. A cidadania envolve competências cognitivas, sociais, éticas, emocionais e comportamentais, o que exige processos avaliativos flexíveis, qualitativos e centrados no desenvolvimento global do aluno. Este capítulo apresenta um quadro de avaliação formativa, contínua e integradora, alinhado com o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, o “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, a ENEC, as “Aprendizagens Essenciais” e referenciais internacionais da UNESCO, OCDE e Conselho da Europa.

A monitorização da Estratégia de Educação para a Cidadania é contínua e deve envolver o Conselho Pedagógico, que aprova instrumentos, define orientações e acompanha resultados; os Diretores de Turma, que asseguram a implementação do domínio de Cidadania e Desenvolvimento, recolhem evidências e articulam práticas; as equipas de projeto, que registam dados, analisam indicadores e propõem melhorias; os alunos, que são corresponsáveis pela monitorização do seu percurso; e as famílias e comunidade, que participam como parceiros educativos.

Os indicadores definidos organizam-se em indicadores quantitativos e qualitativos, articulados com os eixos estratégicos do Projeto Educativo, com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e com as Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento.

A tabela seguinte expressa as áreas a monitorizar, os respetivos indicadores e os instrumentos a privilegiar para a monitorização da EECE do Agrupamento de Escolas Dr. Machado de Matos, Felgueiras.

Área a monitorizar	Indicadores	Meta	Periodicidade da monitorização	Instrumentos de monitorização
Planificação e implementação curricular	Percentagem de Planos de Turma que integram explicitamente a Educação para a Cidadania, com identificação das dimensões trabalhadas e respetiva calendarização	100%	Anual	Planos de Turma
	Existência de articulação horizontal entre subdepartamentos	1 reunião por ano letivo		Ata do Conselho de Coordenadores do Departamento Curricular
	N.º de atividades transversais do Agrupamento	1 atividade proposta pela EECE		Relatório do PAA
	Número de projetos de CD implementados por ciclo de ensino	1 projeto de CD por ciclo de ensino		Planos de Turma

Área a monitorizar	Indicadores	Meta	Periodicidade da monitorização	Instrumentos de monitorização
Participação e envolvimento dos alunos	Taxa de participação dos alunos nas atividades da EECE	80% dos destinatários		Inquérito por questionário
	Taxa de participação dos alunos nos projetos de CD de cada turma que desenvolva um projeto	80% dos destinatários		
Articulação com a comunidade e parcerias	Número de parcerias estabelecidas no âmbito da Educação para a Cidadania	3 parcerias anuais		Inquérito por questionário

Anualmente será produzido um relatório que expressa os resultados da monitorização, que será discutido em Conselho Pedagógico.

CAPÍTULO IX – CONCLUSÃO

A “Estratégia de Educação para a Cidadania 2025-2026” do Agrupamento de Escolas Dr. Machado de Matos constitui um documento estruturante que articula princípios legais, referenciais internacionais, orientações curriculares nacionais e necessidades específicas da comunidade educativa, com o objetivo de formar cidadãos críticos, autónomos, responsáveis e conscientes do seu papel numa sociedade democrática e plural.

Ao longo dos capítulos anteriores procurou-se fundamentar teórica e metodologicamente cada uma das componentes deste projeto, garantindo o alinhamento com a legislação em vigor, com a ENEC e com as “Aprendizagens Essenciais”, a articulação com o “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, a coerência com referenciais internacionais da UNESCO, OCDE, ONU e Conselho da Europa, a profundidade concetual e o rigor científico, a operacionalização prática com metodologias ativas, inclusivas e participativas, bem como a definição clara de critérios, indicadores, processos avaliativos e mecanismos de monitorização.

47

A cidadania como pilar da educação integral

As sociedades contemporâneas caracterizam-se por elevada complexidade, rápidas transformações tecnológicas, desafios ambientais globais, tensões sociais e políticas e mudanças profundas no modo como os indivíduos se relacionam consigo próprios, com os outros e com o mundo.

Neste contexto, a educação deixa de ser exclusivamente transmissora de conhecimentos para se assumir como promotora de valores humanistas, mediadora de relações democráticas, formadora de competências sociais, éticas e interculturais, facilitadora de participação e ação cidadã e espaço de aprendizagem ativa e crítica.

A cidadania, tal como aqui é concebida, não é um complemento curricular, mas a base ética, concetual e prática da educação em contexto de escola pública.

Contribuição da Estratégia para o Perfil dos Alunos

A presente Estratégia contribui diretamente para as áreas de competências do Perfil dos Alunos, com destaque para a cidadania e participação, ao promover competências

democráticas e éticas; as relações interpessoais, ao fomentar empatia, comunicação e respeito; o pensamento crítico e criativo, ao propor metodologias de investigação, debate e resolução de problemas; o bem-estar e saúde, ao articular práticas de autocuidado e consciência social; a sensibilidade estética e artística, ao integrar expressões culturais e diversidade; e o conhecimento do mundo, ao desenvolver literacias essenciais para o século XXI.

Deste modo, a Estratégia permite reforçar a coerência curricular do Agrupamento e promover uma visão global e integrada da educação.

Importância da educação emocional e ética

Uma das contribuições mais relevantes da Educação para a Cidadania é a promoção da autorregulação emocional, da empatia, da resiliência, da consciência ética, da responsabilidade individual e da capacidade de tomada de decisão fundamentada.

Estas competências são essenciais para o bem-estar emocional dos alunos e para a construção de comunidades educativas mais empáticas, seguras e solidárias. Contribuem para prevenir fenómenos como o bullying, o isolamento, a radicalização e a exclusão social, fomentando uma cultura de respeito e de diálogo.

O papel da comunidade educativa

A cidadania é um processo coletivo. A escola, por si só, não pode – nem deve – assumir isoladamente a responsabilidade de formar cidadãos participativos.

O sucesso desta Estratégia depende do envolvimento das famílias, das autarquias, das instituições sociais e culturais, das forças de segurança, das instituições de saúde, das associações cívicas, das empresas, das ONG e da comunidade local em geral.

A escola deve, assim, constituir-se como centro de cidadania comunitária, promovendo redes de colaboração que ampliem as oportunidades educativas, aproximem os alunos da vida real e reforcem o sentido de pertença e compromisso com o bem comum.

Monitorização contínua e melhoria permanente

A Educação para a Cidadania é um processo em constante evolução. A monitorização apresentada no capítulo anterior deve garantir o ajustamento contínuo da Estratégia, a correção de práticas, o reforço do trabalho colaborativo, a identificação de necessidades emergentes, a valorização das boas práticas e a partilha de resultados entre todos os agentes educativos.

A capacidade de se adaptar à mudança é, ela própria, uma competência democrática fundamental.

Perspetivas futuras

A “Estratégia de Educação para a Cidadania 2025-2026” deverá ser revista periodicamente, incorporando novos desafios sociais, atualizações legislativas, aprendizagens produzidas pela prática, contributos da investigação educativa e a voz dos alunos e da comunidade.

Entre os desafios futuros incluem-se a inteligência artificial e a ética digital, a desinformação avançada e a manipulação algorítmica, a crise climática e a justiça ambiental, a diversidade crescente, as tensões geopolíticas e os novos movimentos sociais.

A escola deve permanecer vigilante, crítica e inovadora na resposta aos problemas do mundo. A elaboração desta Estratégia representa um compromisso com a qualidade educativa e com a missão humanista da escola pública, reforçando a responsabilidade partilhada de preparar cidadãos esclarecidos, responsáveis, eticamente comprometidos, capazes de pensar criticamente, aptos a agir em prol do bem comum, sensíveis à diversidade, solidários, participantes na democracia e conscientes do impacto das suas escolhas.

ANEXO 1 – ELENCO CURRICULAR DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS - 1.º CICLO

Distribuição das Aprendizagens Essenciais de CD 1.º CEB ¹					
Dimensão (1.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade			
		1.º	2.º	3.º	4.º
Direitos Humanos	• Cooperar com crianças e com adultos em situações da sala de aula e da vida da escola.	P	P	EM RC	P
	• Conhecer os direitos das crianças.	EM RC	P	EM RC	EM
	• Reconhecer situações de justiça e de injustiça.	EM	EM	EM	EM
	• Rejeitar a discriminação de quaisquer crianças ou de outras pessoas.	EM RC	EM RC	EM RC	EM RC
	• Identificar comportamentos estereotipados associados à esfera doméstica e familiar, académica e profissional e à esfera pública e social.	EM RC	EM		
	• Reconhecer que meninos e meninas podem realizar as mesmas atividades e ter as mesmas oportunidades.	EM			EM
Democracia e Instituições Políticas	• Reconhecer o interesse e as necessidades dos outros na tomada de decisões coletivas.	EM RC	EM RC	EM RC	P
	• Perceber a necessidade de regras de ação individual e coletiva e do seu cumprimento.	EM RC			P
	• Identificar comportamentos de integridade e de corrupção.	EM RC			EM RC
	• Valorizar a importância da paz e da não-violência no convívio diário.	EM RC	EM		P
	• Identificar os órgãos de soberania consagrados na Constituição da República Portuguesa e os princípios e os valores constitucionais em que assenta a democracia.	EM			EM
	• Conhecer as forças e os serviços de segurança existentes em Portugal e o seu papel na preservação da segurança e do bem-estar das populações.	EM	EM		P
	• Conhecer, na comunidade local, as principais estruturas de representação do poder político e a sua importância.	EM	P		EM
Desenvolvimento Sustentável	• Entender uma noção de sustentabilidade.	EM	EM		EM
	• Entender a importância dos oceanos para a sustentabilidade do planeta.	EM		EM	EM
	• Propor ações para a conservação da biodiversidade.	EM RC		EM	EM
	• Exemplificar práticas de produção e consumo sustentável que visem a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos.	EM	EM		EM
	• Associar a melhoria da qualidade de vida à satisfação de necessidades fundamentais.	EM	EM		EM
	• Refletir sobre mudanças necessárias na comunidade local e no mundo com vista à melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas.	TIC			P

50

¹ Siglas: P – Português, M – Matemática; EM – Estudo do Meio; TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação; I – Inglês; EMRC – Educação Moral e Religiosa Católica.

Distribuição das Aprendizagens Essenciais de CD | 1.º CEB¹

Literacia Financeira e Empreendedorismo	• Compreender a importância da poupança e os seus objetivos.	M	M	M	M
	• Diferenciar entre contrair empréstimos (junto de familiares, amigos ou bancos) e conceder empréstimos.	M	M		M
	• Reconhecer a importância da tomada de decisão e a necessidade de fazer escolhas que impliquem ganhos ou perdas.	M		M	EM
	• Relacionar contas bancárias e meios de pagamento.	M			M
	• Distinguir necessidades de desejos e rendimentos de despesas.	M			M
	• Identificar atividades de empreendedorismo.	M	M		M

Dimensão (2.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade			
		1.º	2.º	3.º	4.º
Saúde	• Expressar afetos através de uma comunicação positiva, respeitadora e assertiva.			I	
	• Reconhecer hábitos alimentares saudáveis e não saudáveis.			EM	
	• Compreender a importância da atividade física para a saúde.			EM	
	• Reconhecer as partes do corpo, o direito à privacidade e a intimidade, tendo em conta a existência de toques atentatórios da integridade física e emocional.			P	
	• Reconhecer que as pessoas são diferentes, física e mentalmente.			I	
Risco e Segurança Rodoviária	• Adotar comportamentos adequados de autoproteção face a situações de riscos naturais, tecnológicos e mistos.	EM			
	• Entender o papel dos agentes de segurança e de proteção civil na segurança, proteção e auxílio em situações de emergência.	EM			
	• Compreender efeitos ambientais e económicos resultantes da utilização de diferentes meios de transporte.	EM			
	• Adotar comportamentos seguros em ambiente rodoviário enquanto passageiro, peão e condutor.	EM			
	• Identificar os sinais de trânsito e pictogramas de segurança.	EM			
Pluralismo e Diversidade Cultural	• Conhecer fatores que influenciam a formação da sua identidade cultural, bem como a de outras pessoas.				EM RC I
	• Manifestar abertura e curiosidade em conhecer o outro.				P EM RC
	• Manifestar corresponsabilidade pela criação de ambientes em que todos se possam expressar e a que possam pertencer livremente.				EM RC
	• Participar em iniciativas de celebração e valorização da sua cultura, bem como de outras culturas, no quadro dos valores constitucionais da sociedade portuguesa.				EM EM RC
	• Manifestar interesse e curiosidade pelos acontecimentos relevantes na escola, na comunidade e no Mundo.		TIC		
Media	• Distinguir informação verdadeira de informação falsa ou distorcida.		TIC		
	• Entender a importância da liberdade de expressão e compreender o significado do direito à informação.		EM		

Dimensão (2.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade			
		1.º	2.º	3.º	4.º
	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a importância de proteger os dados pessoais. 		EM		
	<ul style="list-style-type: none"> Ser responsável na criação e partilha de mensagens, imagens, vídeos e outros conteúdos. 		EM		

ANEXO 2 – ELENCO CURRICULAR DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS - 2.º CICLO

Distribuição das Aprendizagens Essenciais de CD 2.º CEB ²			
Dimensão (1.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade	
		5.º	6.º
Direitos Humanos	• Entender a universalidade, a inalienabilidade, a indivisibilidade e a interdependência como características essenciais dos direitos humanos.		EMRC
	• Identificar situações de representação estereotipada, nomeadamente que ponham em causa o respeito pelos direitos humanos.	TIC	EMRC
	• Reconhecer situações ou processos em que os direitos da criança possam estar e causa.	P	EMRC
	• Refletir sobre situações de violação dos direitos humanos.	HGP	HGP
	• Valorizar a inclusão de todas as pessoas, independentemente das suas características individuais, território de origem, condição social, orientação sexual, entre outras.	EMRC	
	• Reconhecer a importância da liberdade de escolha, independentemente das características de cada indivíduo, do território de origem e da condição social, entre outras.	CD	
	• Agir em conformidade com os princípios e valores fundamentais dos Direitos Humanos, tais como a dignidade da pessoa humana, a igualdade, a liberdade e a responsabilidade.	ET	EMRC
Democracia e Instituições Políticas	• Praticar a escuta ativa e o diálogo construtivo em debates e tomadas de decisão.	EMRC	
	• Compreender a natureza, incidência e extensão do fenómeno da corrupção em sociedade.		CD
	• Valorizar a democracia e a paz como condições indispensáveis à salvaguarda dos direitos humanos.	HGP	
	• Participar em processos de deliberação e decisão democrática.	EMRC	
	• Conhecer as funções fundamentais do Estado.		HGP
Desenvolvimento Sustentável	• Conhecer direitos e deveres dos cidadãos face ao ambiente.	CD	
	• Refletir sobre situações em que a ação humana pode comprometer o equilíbrio ambiental e o bem-estar animal.	CN	
	• Valorizar comportamentos individuais e coletivos ambientalmente responsáveis.		ET
	• Compreender o conceito de economia circular e a sua relevância para o desenvolvimento sustentável.	CD	
	• Entender que as situações de riqueza e de pobreza se podem traduzir em desequilíbrios na sociedade ao nível da satisfação das necessidades dos seres humanos.		EMRC
	• Propor ações dirigidas à melhoria do bem-estar coletivo e à construção de sociedades mais equitativas e sustentáveis.		EMRC
	• Tomar consciência de que existem situações diferenciadas de desenvolvimento entre regiões e países.		EMRC
Literacia Financeira e Emprendimento	• Elaborar um orçamento pessoal ou familiar.	CD	
	• Compreender formas de aplicação e de remuneração da poupança.		TIC
	• Entender o conceito de criação de valor, a nível individual, social e económico.		P

53

² Siglas: HGP – História e Geografia de Portugal; P – Português; EMRC – Educação Moral e Religiosa Católica; ET – Educação tecnológica; TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação; CD – Cidadania e Desenvolvimento; CN – Ciências Naturais; EF – Educação Física.



Distribuição das Aprendizagens Essenciais de CD | 2.º CEB²

	• Distinguir projeto quer de planeamento, quer de plano de ação.		ET
	• Reconhecer a importância da adoção de valores éticos num projeto empreendedor, como o respeito, a honestidade, a prudência, a confiança, a solidariedade e a responsabilidade.		CD
	• Reconhecer a importância do planeamento, a médio e a longo prazo, da poupança e dos investimentos.		CD

Dimensão (2.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade	
		5.º	6.º
Saúde	• Relacionar-se consigo e com as outras pessoas com empatia e respeito, numa perspetiva de bem-estar.		CD
	• Respeitar questões relacionadas com a intimidade e a privacidade de cada pessoa.		CD
	• Estabelecer relações interpessoais saudáveis, baseadas no respeito, na comunicação, na confiança e no consentimento.		CD
	• Compreender o uso nocivo do consumo de tabaco, álcool e substâncias psicoativas ilícitas.		CN
	• Compreender os malefícios do uso excessivo de ecrãs.		CD
	• Adotar estilos de vida saudáveis, com escolhas informadas e seguras na sexualidade, prevenindo comportamentos e situações de risco.		CD
	• Respeitar as regras de sã convivência em grupo, rejeitando a discriminação sexual.		CD
	• Valorizar atividades de lazer/desportivas ao ar livre.		EF
Risco e Segurança Rodoviária	• Reconhecer as instruções de segurança, procedimentos, infografias e pictogramas destinados a garantir o processo de evacuação em caso de emergência, em meio escolar e familiar.	CD	
	• Adotar medidas de prevenção e autoproteção adequadas para garantir a segurança pessoal e coletiva, em consonância com os diferentes tipos de riscos (naturais, tecnológicos e mistos).	CD	
	• Manifestar comportamentos de segurança rodoviária, enquanto peão, passageiro e condutor, com base na abordagem do Sistema Seguro.	CD	
	• Identificar potenciais riscos de acidentes rodoviários, ferroviários e outros eventos críticos, enquanto peão, passageiro e condutor.	CD	
	• Respeitar as regras de segurança rodoviária.	EMRC	
	• Refletir sobre o impacto ao nível ambiental, social e económico de acidentes e catástrofes.	CD	

ANEXO 3 – ELENCO CURRICULAR DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS - 3.º CICLO

Distribuição das Aprendizagens Essenciais de CD 3.º CEB ³				
Dimensão (1.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade		
		7.º	8.º	9.º
Direitos Humanos	• Entender a importância da solidariedade na proteção dos direitos humanos.	EMRC H	I	EMRC
	• Interpretar situações relativas a todas e quaisquer formas de discriminação.	P H	H	H
	• Analisar casos históricos e atuais de violação dos direitos humanos (incluindo, entre outros, tráfico de seres humanos, abusos sexuais, violência de género, bem como violência contra pessoas com orientação sexual e identidade e expressão de género não normativas).	EMRC H	H	EMRC H
	• Reconhecer a (des)igualdade de género em contextos como a educação, o trabalho e o exercício de cargos políticos.	H	I	H
	• Refletir sobre o seu papel e dos seus pares na promoção e defesa dos direitos humanos.	EMRC I		
	• Manifestar um compromisso ativo com a defesa dos Direitos Humanos.		EV	EMRC
	Democracia e Instituições Políticas	• Caracterizar as funções do Estado de Direito Democrático, no quadro da Constituição da República Portuguesa.	H	H
• Refletir sobre o atual sistema de representação democrática, em Portugal, a nível nacional e local.				M H
• Conhecer as organizações internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas e a União Europeia, inclusivamente na sua ação relacionada com segurança e paz.		EMRC		H I
• Valorizar o papel do aluno-cidadão no desenvolvimento de ações e iniciativas que promovam os princípios éticos da boa governança, na escola, na família e na comunidade.		EMRC		
• Compreender as causas e os múltiplos efeitos da corrupção nos direitos e bem-estar das pessoas, nas organizações e no funcionamento e desenvolvimento das sociedades.		EMRC		
• Refletir sobre a importância da participação ativa dos cidadãos, nomeadamente os mais jovens, no exercício da democracia.		H	EMRC H	M H
Desenvolvimento Sustentável	• Compreender a importância do ambiente, da conservação da natureza e da biodiversidade, da preservação dos oceanos, e do impacto da atividade humana no equilíbrio dos ecossistemas.	EMRC	EMRC H	EV
		P	EV	
		H	CN	

55

³ Siglas: H – História; P – Português; EMRC – Educação Moral e Religiosa Católica; M – Matemática; FQ – Físico Química; CN – Ciências Naturais; I – Inglês; EV – Educação Visual.

Distribuição das Aprendizagens Essenciais de CD | 3.º CEB³

	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a necessidade de adoção de medidas para fazer face aos riscos resultantes das alterações climáticas. 	M	EMRC	
			I	
			CN	
	<ul style="list-style-type: none"> Analisar indicadores que avaliem o impacto de atividades humanas no ambiente (pegada ecológica, hídrica, energética, ...). 	FQ		
		CN	CN	
		M	EMRC	
	<ul style="list-style-type: none"> Refletir sobre medidas promotoras do ordenamento do território que visem a valorização da paisagem e um desenvolvimento equilibrado. 		CN	
	<ul style="list-style-type: none"> Relacionar os principais indicadores de desenvolvimento (político, social e económico) com as realidades de diferentes países. 	I		
		EV	P	H
		M		
<ul style="list-style-type: none"> Propor medidas para a redução da pobreza e das desigualdades nas suas diferentes dimensões. 		CD		
Literacia Financeira e Empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar o orçamento de um projeto tendo em conta as parcerias estratégicas e os recursos necessários. 	M		M
	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer a relevância do planeamento e as componentes essenciais de um projeto empreendedor. 			EMRC
	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o impacto esperado e os resultados alcançados de acordo com os objetivos fixados num projeto. 	M		
		P	M	M
	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer a importância da adoção de valores éticos num projeto empreendedor, como o respeito, a honestidade, a prudência, a confiança, a solidariedade e a responsabilidade. 	P		EMRC
	<ul style="list-style-type: none"> Entender as responsabilidades decorrentes do recurso às instituições financeiras (bancos e seguros). 		CD	
	<ul style="list-style-type: none"> Evidenciar a relevância do planeamento, a médio e longo prazo, da poupança e dos investimentos. 		CD	
	<ul style="list-style-type: none"> Manifestar comportamentos de proteção em relação a situações de fraude financeira e digital. 	TIC	TIC	TIC
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o risco em diferentes contextos no processo empreendedor, a nível individual e social. 			P	

Dimensão (2.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade		
		7.º	8.º	9.º
Pluralismo e Diversidade Cultural	<ul style="list-style-type: none"> Valorizar a individualidade e a dignidade de cada ser humano, como parte integrante da sua identidade e pertença. 	EMRC		
		P		
		I		
	<ul style="list-style-type: none"> Entender a noção de cultura e o seu carácter dinâmico. 	EMRC		
		H		
	<ul style="list-style-type: none"> Valorizar a diversidade cultural no contexto escolar. 	CD		
	<ul style="list-style-type: none"> Participar em iniciativas que promovam o respeito pela diversidade cultural. 	EMRC		
	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer desafios que as pessoas migrantes vivenciam na sociedade de acolhimento. 	CD		
	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer a relevância da proteção dos direitos das minorias e das suas culturas. 	CD		
<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer perspetivas etnocêntricas e cosmopolitas que podem condicionar as narrativas produzidas sobre o contacto entre culturas. 	H			
<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer os valores constitucionais da sociedade portuguesa e o património cultural comum da humanidade como contributos para o desenvolvimento sustentável e para o exercício de cidadania. 	EMRC			
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> Relacionar-se consigo e com as outras pessoas com empatia e respeito, numa perspetiva de bem-estar. 			EMRC
	<ul style="list-style-type: none"> Respeitar questões relacionadas com a intimidade e a privacidade de cada pessoa. 			I
	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer relações interpessoais saudáveis, baseadas no respeito, na comunicação, na confiança e no consentimento. 			
	<ul style="list-style-type: none"> Compreender o uso nocivo do consumo de tabaco, álcool e substâncias psicoativas ilícitas. 			CN FQ
	<ul style="list-style-type: none"> Compreender os malefícios do uso excessivo de ecrãs. 			CD
	<ul style="list-style-type: none"> Adotar estilos de vida saudáveis, com escolhas informadas e seguras na sexualidade, prevenindo comportamentos e situações de risco 			CN
	<ul style="list-style-type: none"> Respeitar as regras de sã convivência em grupo, rejeitando a discriminação sexual. 			H
<ul style="list-style-type: none"> Valorizar atividades de lazer/desportivas ao ar livre. 			CD	
Media	<ul style="list-style-type: none"> Tomar consciência das oportunidades e riscos da Internet no que respeita a informação e desinformação. 		EMRC	
			TIC	
			P	
	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a veracidade da informação com base em fontes credíveis. 		H	
			M	
	<ul style="list-style-type: none"> Utilizar os media escolares (jornais, rádios, televisões,...), de forma segura e ética, para produzir e divulgar informação da escola e da comunidade. 			
<ul style="list-style-type: none"> Perceber os conceitos de construção e de representação social nos heróis, celebridades, influenciadores digitais e os estereótipos veiculados pelos media. 			TIC	
<ul style="list-style-type: none"> Entender a importância dos dados pessoais e da sua proteção, da pegada digital e do direito à privacidade. 				

Dimensão (2.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade		
		7.º	8.º	9.º
	• Produzir e partilhar conteúdos mediáticos de forma criativa, ética e segura.		I	
	• Conhecer os direitos de autor, entender porque devem ser respeitados e identificar o plágio como um crime de roubo.		TIC P	

ANEXO 4 – ELENCO CURRICULAR DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS – ENSINO SECUNDÁRIO: CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS

Distribuição das Aprendizagens Essenciais de CD Ensino Secundário ⁴				
Dimensão (1.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade		
		10.º	11.º	12.º
Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer o papel das políticas públicas na proteção de pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade. 	E	EMRC	EMRC
				EC
		EMRC		HA
	<ul style="list-style-type: none"> Analisar instrumentos jurídicos, nacionais e internacionais, de proteção dos direitos humanos a que Portugal está vinculado (exs.: Constituição da República Portuguesa; Carta Internacional dos Direitos Humanos; Convenção sobre os Direitos da Criança, Convenção de Istambul). 	EMRC	E	I
				EC
	<ul style="list-style-type: none"> Analisar os desafios globais e temas controversos de Direitos Humanos. 	E	E	I
HA		HA	HA	
DTA				
<ul style="list-style-type: none"> Refletir sobre o papel de organizações internacionais, nomeadamente da ONU e do Conselho da Europa, na defesa dos direitos humanos. 	MA		P	
	MACS		EC	
<ul style="list-style-type: none"> Propor iniciativas que, no âmbito da ação do Estado ou da sociedade civil, promovam a igualdade e a justiça social. 	F	EMRC		
	E			
Democracia e Instituições Políticas	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer os objetivos da Defesa Nacional fixados na atual Constituição da República Portuguesa, na perspetiva da proteção e defesa das instituições democráticas. 	E	E	EC
		G	DTA	
	<ul style="list-style-type: none"> Analisar a importância, os contributos e os limites da União Europeia, incluindo na defesa e salvaguarda da democracia e da paz. 	E	G	HA
		G	DTA	EC
	<ul style="list-style-type: none"> Analisar a relação entre estratégias de segurança e a manutenção da paz. 	E	EMRC	EMRC
	<ul style="list-style-type: none"> Salientar a importância dos valores constitucionais e dos princípios éticos e de integridade para uma governança democrática. 	HA	E	EC
		EMRC	HA	HA
	<ul style="list-style-type: none"> Refletir, criticamente, sobre o papel dos cidadãos, do Estado e das organizações da sociedade civil na prevenção e combate à corrupção. 	MA	I	EF
MACS		E		
E				
<ul style="list-style-type: none"> Refletir, criticamente, sobre desafios atuais da democracia, entre os quais a 	P	I	I	

59

⁴ Siglas: E – Economia A; EMRC – Educação Moral e Religiosa Católica; HA – História A; MA – Matemática A; MACS – Matemática Aplicada às Ciências Sociais; F – Filosofia; EC – Economia C; I – Inglês; DTA – DT Alunos; P – Português; G – Geografia A; EF – Educação Física; PB – Psicologia B; A – Alemão; GC – Geografia C

Distribuição das Aprendizagens Essenciais de CD | Ensino Secundário⁴

	pobreza e a exclusão social, o discurso de ódio, a corrupção, e a desigualdade de género, entre outros.	F	E	EC
		E	E	PB
Desenvolvimento Sustentável	• Analisar a relação entre as diversas dimensões (ambiental, económica, social, ...) do desenvolvimento sustentável.	G	E	EC
		E		DTA
	• Refletir sobre contradições entre práticas de produção e de consumo, bem como entre estilos de vida e o equilíbrio planetário.	EF	I	GC
		E	EF	
	• Debater desafios atuais do desenvolvimento que possam justificar mecanismos de governação à escala global.	E	G	HA
				EC
				DTA
	• Exemplificar iniciativas concretas de cooperação internacional.	E	E	GC
				DTA
	• Propor ações individuais e coletivas que contribuam para assegurar o direito ao ambiente e ao desenvolvimento.	P	E	EC
		A		
• Relacionar a importância da cidadania global com questões do desenvolvimento e da justiça social.	A	A	EMRC	
	EMRC			
• Analisar os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas, assim como a sua importância à escala local e global.	E	G	EC	
			GC	
			DTA	
Literacia Financeira e Empreendedorismo	• Comparar diferentes produtos financeiros e o risco que lhes está associado.	MA	MA	MA
		MACS	E	
		E		
	• Formular a simulação de reclamações a apresentar junto das entidades competentes, em caso de problemas com prestadores de produtos e serviços financeiros.	MA	P	EC
		MACS		
		E		
	• Validar ideias inovadoras que possam gerar valor para o indivíduo e para a sociedade, tendo por base uma consciência económica, social e ecológica.	MA	EMRC	EC
		MACS		
		E		
		EMRC		
• Discutir o conceito de responsabilidade social das organizações e os seus princípios.		EMRC		
		E		



Distribuição das Aprendizagens Essenciais de CD | Ensino Secundário⁴

• Elaborar um modelo de negócio sustentável (proposta de valor, estrutura da cadeia de valor, modelo de rentabilidade, consciência social e ecológica).	DTA	MA
	E	EC
	DTA	
	MA	
• Reconhecer a importância da ética e da informação financeira.		

Dimensão (2.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade		
		10.º	11.º	12.º
Saúde	• Interagir com base no respeito, no consentimento e na confiança e sem discriminação, na construção de relações interpessoais afetivas e ou sexuais saudáveis.	DTA		
	• Reconhecer a responsabilidade de cada indivíduo na saúde mental e no equilíbrio emocional (próprio e das outras pessoas), em prol do bem-estar individual e coletivo.	EF		
	• Compreender os desafios globais de saúde pública e o contributo individual para o bem comum.	MA		
		MACS		
• Saber identificar aspetos a valorizar no âmbito das relações interpessoais afetivas e ou sexuais.	E			
	DTA			
Risco e Segurança Rodoviária	• Reconhecer a importância do aviso, do auxílio e dos primeiros socorros, em caso de acidente, como um comportamento de cidadania.			EC
				DTA
	• Refletir sobre a importância das políticas públicas de mobilidade e urbanismo para uma mobilidade mais sustentável, segura e acessível.			EC
				P
• Manifestar comportamentos de prevenção e mitigação de riscos coletivos, acidentes graves e catástrofes, adequados a uma cultura de segurança.			EC	
			DTA	
• Propor medidas que visem a redução do risco e a melhoria da segurança coletiva.			DTA	
Pluralismo e Diversidade Cultural	• Debater a influência dos contextos históricos, geográficos, económicos, políticos e sociais na construção das identidades individuais e coletivas.	E		
		P		
	• Refletir, criticamente, sobre consequências culturais dos atuais processos de globalização (homogeneização <i>versus</i> diferenciação e fragmentação).	I		
		E		
	• Analisar diferentes formas de discriminação, como racismo, xenofobia, antigianismo, islamofobia, antissemitismo, misoginia, entre outras.	E		
		DTA		
	• Reconhecer o papel do diálogo intercultural e do pluralismo na coesão de sociedades culturalmente diversas.	A		
HA				
DTA				
• Propor ações de prevenção e combate à exclusão e injustiça social.	DTA			
Media	• Explicar como os textos mediáticos veiculam concepções do mundo e comunicam valores político-ideológicos, económicos e sociais.		E	
			DTA	
	• Analisar o papel dos <i>media</i> na defesa e na construção da democracia pluralista, considerando riscos como desinformação, manipulação, discurso de ódio e censura algorítmica.			P
• Refletir sobre os benefícios e os desafios da utilização da inteligência artificial na edição e publicação de conteúdos nas redes sociais, avaliando questões de autenticidade, ética e responsabilidade.			DTA	



Dimensão (2.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade		
		10.º	11.º	12.º
	<ul style="list-style-type: none">Propor ações para transformar e melhorar o ambiente <i>online</i> e o bem-estar na relação com o digital, como forma de prevenção dos riscos <i>online</i> (dependência, <i>cyberbullying</i>, discurso de ódio, polarização, <i>trolling</i>, <i>sexting</i>, sextorsão, ...).		G DTA	
	<ul style="list-style-type: none">Adotar uma atitude ativa, cívica e responsável perante os riscos e as oportunidades do digital e do que podem encontrar <i>online</i>.		F G E	

ANEXO 5 – ELENCO CURRICULAR DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS – ENSINO SECUNDÁRIO: CURSOS PROFISSIONAIS

Distribuição das Aprendizagens Essenciais de CD Ensino Secundário – Curso Profissional Técnico de Desporto ⁵				
Dimensão (1.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade		
		10.º	11.º	12.º
Direitos Humanos	• Reconhecer o papel das políticas públicas na proteção de pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade.		P	I AI
	• Analisar instrumentos jurídicos, nacionais e internacionais, de proteção dos direitos humanos a que Portugal está vinculado (ex.: Constituição da República Portuguesa; Carta Internacional dos Direitos Humanos; Convenção sobre os Direitos da Criança, Convenção de Istambul).		AI	I
	• Analisar os desafios globais e temas controversos de Direitos Humanos.		I	I
	• Refletir sobre o papel de organizações internacionais, nomeadamente da ONU e do Conselho da Europa, na defesa dos direitos humanos.			I
	• Propor iniciativas que, no âmbito da ação do Estado ou da sociedade civil, promovam a igualdade e a justiça social.			I
Democracia e Instituições Políticas	• Conhecer os objetivos da Defesa Nacional fixados na atual Constituição da República Portuguesa, na perspetiva da proteção e defesa das instituições democráticas.			DTA
	• Analisar a importância, os contributos e os limites da União Europeia, incluindo na defesa e salvaguarda da democracia e da paz.			AI
	• Analisar a relação entre estratégias de segurança e a manutenção da paz.			DTA
	• Salientar a importância dos valores constitucionais e dos princípios éticos e de integridade para uma governança democrática.			DTA
	• Refletir, criticamente, sobre o papel dos cidadãos, do Estado e das organizações da sociedade civil na prevenção e combate à corrupção.	AI		I
	• Refletir, criticamente, sobre desafios atuais da democracia, entre os quais a pobreza e a exclusão social, o discurso de ódio, a corrupção, e a desigualdade de género, entre outros.		I	I
Desenvolvimento Sustentável	• Analisar a relação entre as diversas dimensões (ambiental, económica, social, ...) do desenvolvimento sustentável.	AI		EF
	• Refletir sobre contradições entre práticas de produção e de consumo, bem como entre estilos de vida e o equilíbrio planetário.	AI	I AI	I
	• Debater desafios atuais do desenvolvimento que possam justificar mecanismos de governação à escala global.		AI	I
	• Exemplificar iniciativas concretas de cooperação internacional.		AI	
	• Propor ações individuais e coletivas que contribuam para assegurar o direito ao ambiente e ao desenvolvimento.	AI EF	I	
	• Relacionar a importância da cidadania global com questões do desenvolvimento e da justiça social.		I	
	• Analisar os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas, assim como a sua importância à escala local e global.		DTA	

64

⁵ Siglas: AI – Área de Integração; EF – Educação Física; M – Matemática; I – Inglês; DTA – DT Aluno; PSI – Psicologia; P – Português.



Distribuição das Aprendizagens Essenciais de CD | Ensino Secundário – Curso Profissional Técnico de Desporto⁵

Literacia Financeira e Empreendedorismo	• Comparar diferentes produtos financeiros e o risco que lhes está associado.	M		
	• Formular a simulação de reclamações a apresentar junto das entidades competentes, em caso de problemas com prestadores de produtos e serviços financeiros.	I	P	
	• Validar ideias inovadoras que possam gerar valor para o indivíduo e para a sociedade, tendo por base uma consciência económica, social e ecológica.	AI	AI	
	• Discutir o conceito de responsabilidade social das organizações e os seus princípios.	I		EF
	• Elaborar um modelo de negócio sustentável (proposta de valor, estrutura da cadeia de valor, modelo de rentabilidade, consciência social e ecológica).	DTA		
	• Reconhecer a importância da ética e da informação financeira.	DTA		

Dimensão (2.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade		
		10.º	11.º	12.º
Saúde	• Interagir com base no respeito, no consentimento e na confiança e sem discriminação, na construção de relações interpessoais afetivas e ou sexuais saudáveis.	DTA		
	• Reconhecer a responsabilidade de cada indivíduo na saúde mental e no equilíbrio emocional (próprio e das outras pessoas), em prol do bem-estar individual e coletivo.	EF PSI		
	• Compreender os desafios globais de saúde pública e o contributo individual para o bem comum.	EF		
	• Saber identificar aspetos a valorizar no âmbito das relações interpessoais afetivas e ou sexuais.	DTA		
Risco e Segurança Rodoviária	• Reconhecer a importância do aviso, do auxílio e dos primeiros socorros, em caso de acidente, como um comportamento de cidadania.			DTA
	• Refletir sobre a importância das políticas públicas de mobilidade e urbanismo para uma mobilidade mais sustentável, segura e acessível.			P
	• Manifestar comportamentos de prevenção e mitigação de riscos coletivos, acidentes graves e catástrofes, adequados a uma cultura de segurança.			DTA
	• Propor medidas que visem a redução do risco e a melhoria da segurança coletiva.			DTA
Pluralismo e Diversidade Cultural	• Debater a influência dos contextos históricos, geográficos, económicos, políticos e sociais na construção das identidades individuais e coletivas.	I		
	• Refletir, criticamente, sobre consequências culturais dos atuais processos de globalização (homogeneização <i>versus</i> diferenciação e fragmentação).	I		
	• Analisar diferentes formas de discriminação, como racismo, xenofobia, anticiganismo, islamofobia, antissemitismo, misoginia, entre outras.	I PSI		
	• Reconhecer o papel do diálogo intercultural e do pluralismo na coesão de sociedades culturalmente diversas.	DTA		
	• Propor ações de prevenção e combate à exclusão e injustiça social.	DTA		
Media	• Explicar como os textos mediáticos veiculam conceções do mundo e comunicam valores político-ideológicos, económicos e sociais.		DTA	
	• Analisar o papel dos <i>media</i> na defesa e na construção da democracia pluralista, considerando riscos como desinformação, manipulação, discurso de ódio e censura algorítmica.		I	
	• Refletir sobre os benefícios e os desafios da utilização da inteligência artificial na edição e publicação de conteúdos nas redes sociais, avaliando questões de autenticidade, ética e responsabilidade.		I	
	• Propor ações para transformar e melhorar o ambiente <i>online</i> e o bem-estar na relação com o digital, como forma de prevenção dos riscos <i>online</i> (dependência, <i>cyberbullying</i> , discurso de ódio, polarização, <i>trolling</i> , <i>sexting</i> , sextorsão, ...).		DTA	
	• Adotar uma atitude ativa, cívica e responsável perante os riscos e as oportunidades do digital e do que podem encontrar <i>online</i> .		I	

Distribuição das Aprendizagens Essenciais de CD | Ensino Secundário – Curso Profissional Técnico de Informática de Gestão⁶

Dimensão (1.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade		
		10.º	11.º	12.º
Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer o papel das políticas públicas na proteção de pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade. 		P	I AI
	<ul style="list-style-type: none"> Analisar instrumentos jurídicos, nacionais e internacionais, de proteção dos direitos humanos a que Portugal está vinculado (exs.: Constituição da República Portuguesa; Carta Internacional dos Direitos Humanos; Convenção sobre os Direitos da Criança, Convenção de Istambul). 		AI	I
	<ul style="list-style-type: none"> Analisar os desafios globais e temas controversos de Direitos Humanos. 		I	I
	<ul style="list-style-type: none"> Refletir sobre o papel de organizações internacionais, nomeadamente da ONU e do Conselho da Europa, na defesa dos direitos humanos. 			I
	<ul style="list-style-type: none"> Propor iniciativas que, no âmbito da ação do Estado ou da sociedade civil, promovam a igualdade e a justiça social. 			I
Democracia e Instituições Políticas	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer os objetivos da Defesa Nacional fixados na atual Constituição da República Portuguesa, na perspetiva da proteção e defesa das instituições democráticas. 		DTA	
	<ul style="list-style-type: none"> Analisar a importância, os contributos e os limites da União Europeia, incluindo na defesa e salvaguarda da democracia e da paz. 			AI
	<ul style="list-style-type: none"> Analisar a relação entre estratégias de segurança e a manutenção da paz. 		DTA	
	<ul style="list-style-type: none"> Salientar a importância dos valores constitucionais e dos princípios éticos e de integridade para uma governança democrática. 	DTA		
	<ul style="list-style-type: none"> Refletir, criticamente, sobre o papel dos cidadãos, do Estado e das organizações da sociedade civil na prevenção e combate à corrupção. 	LP OEAG SI		I
	<ul style="list-style-type: none"> Refletir, criticamente, sobre desafios atuais da democracia, entre os quais a pobreza e a exclusão social, o discurso de ódio, a corrupção, e a desigualdade de género, entre outros. 	AI	I	I
Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> Analisar a relação entre as diversas dimensões (ambiental, económica, social, ...) do desenvolvimento sustentável. 	EF AI		EF
	<ul style="list-style-type: none"> Refletir sobre contradições entre práticas de produção e de consumo, bem como entre estilos de vida e o equilíbrio planetário. 	AI	I AI	I
	<ul style="list-style-type: none"> Debater desafios atuais do desenvolvimento que possam justificar mecanismos de governação à escala global. 		AI	I
	<ul style="list-style-type: none"> Exemplificar iniciativas concretas de cooperação internacional. 	AI	AI	
	<ul style="list-style-type: none"> Propor ações individuais e coletivas que contribuam para assegurar o direito ao ambiente e ao desenvolvimento. 	LP OEAG AI	I	

67

⁶ Siglas: AI – Área de Integração; EF – Educação Física; M – Matemática; I – Inglês; DTA – DT Aluno; P – Português; OEAG - Organização de Empresas e Aplicações de Gestão; SI – Sistemas de Informação; LP – linguagens de Programação; AISE – Aplicações Informáticas e Sistemas de Exploração.

Distribuição das Aprendizagens Essenciais de CD Ensino Secundário – Curso Profissional Técnico de Informática de Gestão ⁶				
Literacia Financeira e Empreendedorismo	• Relacionar a importância da cidadania global com questões do desenvolvimento e da justiça social.		I	
	• Analisar os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas, assim como a sua importância à escala local e global.	DTA		I
	• Comparar diferentes produtos financeiros e o risco que lhes está associado.	M	AISE	
		LP		
	• Formular a simulação de reclamações a apresentar junto das entidades competentes, em caso de problemas com prestadores de produtos e serviços financeiros.	I	AISE	
	• Validar ideias inovadoras que possam gerar valor para o indivíduo e para a sociedade, tendo por base uma consciência económica, social e ecológica.	AI	LP	
			AISE	
	• Discutir o conceito de responsabilidade social das organizações e os seus princípios.	I		EF
	• Elaborar um modelo de negócio sustentável (proposta de valor, estrutura da cadeia de valor, modelo de rentabilidade, consciência social e ecológica).		OEAG	
	• Reconhecer a importância da ética e da informação financeira.			LP
			AISE	
			SI	

Dimensão (2.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade		
		10.º	11.º	12.º
Saúde	• Interagir com base no respeito, no consentimento e na confiança e sem discriminação, na construção de relações interpessoais afetivas e ou sexuais saudáveis.	EF		
	• Reconhecer a responsabilidade de cada indivíduo na saúde mental e no equilíbrio emocional (próprio e das outras pessoas), em prol do bem-estar individual e coletivo.	EF		
	• Compreender os desafios globais de saúde pública e o contributo individual para o bem comum.	EF		
	• Saber identificar aspetos a valorizar no âmbito das relações interpessoais afetivas e ou sexuais.	DTA		
Risco e Segurança Rodoviária	• Reconhecer a importância do aviso, do auxílio e dos primeiros socorros, em caso de acidente, como um comportamento de cidadania.			DTA
	• Refletir sobre a importância das políticas públicas de mobilidade e urbanismo para uma mobilidade mais sustentável, segura e acessível.			P
	• Manifestar comportamentos de prevenção e mitigação de riscos coletivos, acidentes graves e catástrofes, adequados a uma cultura de segurança.			DTA
	• Propor medidas que visem a redução do risco e a melhoria da segurança coletiva.			DTA
Pluralismo e Diversidade Cultural	• Debater a influência dos contextos históricos, geográficos, económicos, políticos e sociais na construção das identidades individuais e coletivas.	I		
	• Refletir, criticamente, sobre consequências culturais dos atuais processos de globalização (homogeneização <i>versus</i> diferenciação e fragmentação).	I		
	• Analisar diferentes formas de discriminação, como racismo, xenofobia, anticomunismo, islamofobia, antissemitismo, misoginia, entre outras.	I		
	• Reconhecer o papel do diálogo intercultural e do pluralismo na coesão de sociedades culturalmente diversas.	DTA		

Dimensão (2.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade		
		10.º	11.º	12.º
	<ul style="list-style-type: none"> Propor ações de prevenção e combate à exclusão e injustiça social. 	DTA		
Media	<ul style="list-style-type: none"> Explicar como os textos mediáticos veiculam conceções do mundo e comunicam valores político-ideológicos, económicos e sociais. 		DTA	
	<ul style="list-style-type: none"> Analisar o papel dos <i>media</i> na defesa e na construção da democracia pluralista, considerando riscos como desinformação, manipulação, discurso de ódio e censura algorítmica. 		I	
	<ul style="list-style-type: none"> Refletir sobre os benefícios e os desafios da utilização da inteligência artificial na edição e publicação de conteúdos nas redes sociais, avaliando questões de autenticidade, ética e responsabilidade. 		I	
	<ul style="list-style-type: none"> Propor ações para transformar e melhorar o ambiente <i>online</i> e o bem-estar na relação com o digital, como forma de prevenção dos riscos <i>online</i> (dependência, <i>cyberbullying</i>, discurso de ódio, polarização, <i>trolling</i>, <i>sexting</i>, sextorsão, ...). 		DTA	
	<ul style="list-style-type: none"> Adotar uma atitude ativa, cívica e responsável perante os riscos e as oportunidades do digital e do que podem encontrar <i>online</i>. 		I	

Distribuição das Aprendizagens Essenciais de CD | Ensino Secundário – Curso Profissional Técnico de Restauração e Bar⁷

Dimensão (1.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade	
		11.º	12.º
Direitos Humanos	• Reconhecer o papel das políticas públicas na proteção de pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade.	P	I AI
	• Analisar instrumentos jurídicos, nacionais e internacionais, de proteção dos direitos humanos a que Portugal está vinculado (ex.: Constituição da República Portuguesa; Carta Internacional dos Direitos Humanos; Convenção sobre os Direitos da Criança, Convenção de Istambul).	AI	I
	• Analisar os desafios globais e temas controversos de Direitos Humanos.	I	I
	• Refletir sobre o papel de organizações internacionais, nomeadamente da ONU e do Conselho da Europa, na defesa dos direitos humanos.		I
	• Propor iniciativas que, no âmbito da ação do Estado ou da sociedade civil, promovam a igualdade e a justiça social.		I
Democracia e Instituições Políticas	• Conhecer os objetivos da Defesa Nacional fixados na atual Constituição da República Portuguesa, na perspetiva da proteção e defesa das instituições democráticas.	DTA	
	• Analisar a importância, os contributos e os limites da União Europeia, incluindo na defesa e salvaguarda da democracia e da paz.		AI
	• Analisar a relação entre estratégias de segurança e a manutenção da paz.	DTA	
	• Salientar a importância dos valores constitucionais e dos princípios éticos e de integridade para uma governança democrática.	DTA	
	• Refletir, criticamente, sobre o papel dos cidadãos, do Estado e das organizações da sociedade civil na prevenção e combate à corrupção.		I
	• Refletir, criticamente, sobre desafios atuais da democracia, entre os quais a pobreza e a exclusão social, o discurso de ódio, a corrupção, e a desigualdade de género, entre outros.	I	I
Desenvolvimento Sustentável	• Analisar a relação entre as diversas dimensões (ambiental, económica, social, ...) do desenvolvimento sustentável.	DTA	
	• Refletir sobre contradições entre práticas de produção e de consumo, bem como entre estilos de vida e o equilíbrio planetário.	I AI	I
	• Debater desafios atuais do desenvolvimento que possam justificar mecanismos de governação à escala global.	AI	I
	• Exemplificar iniciativas concretas de cooperação internacional.	AI	
	• Propor ações individuais e coletivas que contribuam para assegurar o direito ao ambiente e ao desenvolvimento.	I	
	• Relacionar a importância da cidadania global com questões do desenvolvimento e da justiça social.	I	
	• Analisar os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas, assim como a sua importância à escala local e global.	DTA	
Literacia Financeira e Empreendedorismo	• Comparar diferentes produtos financeiros e o risco que lhes está associado.		DTA
	• Formular a simulação de reclamações a apresentar junto das entidades competentes, em caso de problemas com prestadores de produtos e serviços financeiros.	P	
	• Validar ideias inovadoras que possam gerar valor para o indivíduo e para a sociedade, tendo por base uma consciência económica, social e ecológica.	AI	

70

⁷ Siglas: AI – Área de Integração; EF – Educação Física; I – Inglês; DTA – DT Aluno; P – Português.



Distribuição das Aprendizagens Essenciais de CD | Ensino Secundário – Curso Profissional Técnico de Restauração e Bar⁷

	• Discutir o conceito de responsabilidade social das organizações e os seus princípios.		EF
	• Elaborar um modelo de negócio sustentável (proposta de valor, estrutura da cadeia de valor, modelo de rentabilidade, consciência social e ecológica).		DTA
	• Reconhecer a importância da ética e da informação financeira.		DTA

Dimensão (2.º Grupo)	Aprendizagens Essenciais	Ano de escolaridade	
		11.º	12.º
Risco e Segurança Rodoviária	• Reconhecer a importância do aviso, do auxílio e dos primeiros socorros, em caso de acidente, como um comportamento de cidadania.		DTA
	• Refletir sobre a importância das políticas públicas de mobilidade e urbanismo para uma mobilidade mais sustentável, segura e acessível.		P
	• Manifestar comportamentos de prevenção e mitigação de riscos coletivos, acidentes graves e catástrofes, adequados a uma cultura de segurança.		DTA
	• Propor medidas que visem a redução do risco e a melhoria da segurança coletiva.		DTA
Media	• Explicar como os textos mediáticos veiculam concepções do mundo e comunicam valores político-ideológicos, económicos e sociais.	DTA	
	• Analisar o papel dos <i>media</i> na defesa e na construção da democracia pluralista, considerando riscos como desinformação, manipulação, discurso de ódio e censura algorítmica.	I	
	• Refletir sobre os benefícios e os desafios da utilização da inteligência artificial na edição e publicação de conteúdos nas redes sociais, avaliando questões de autenticidade, ética e responsabilidade.	I	
	• Propor ações para transformar e melhorar o ambiente <i>online</i> e o bem-estar na relação com o digital, como forma de prevenção dos riscos <i>online</i> (dependência, <i>cyberbullying</i> , discurso de ódio, polarização, <i>trolling</i> , <i>sexting</i> , sextorsão, ...).	DTA	
	• Adotar uma atitude ativa, cívica e responsável perante os riscos e as oportunidades do digital e do que podem encontrar <i>online</i> .	I	

